

Acção Socialista



N.º 1350 2 Junho 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

APROVADO NA COMISSÃO NACIONAL MANUEL ALEGRE É O CANDIDATO APOIADO PELO PS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



A Comissão Nacional deliberou, por larguíssima maioria, com dez votos contra e uma abstenção, apoiar Manuel Alegre na sua candidatura à Presidência da República. “Apoio Manuel Alegre de forma convicta, em nome de uma visão

progressista para o país”, afirmou José Sócrates, na intervenção inicial da reunião, do passado dia 30, que ficou marcada por uma ampla discussão democrática com dezenas de intervenções.

[Página 20](#)

Parlamento

Rejeitada moção de censura comunista ao Executivo

A ASSEMBLEIA da República rejeitou, no passado dia 21 de Maio, a moção de censura ao Governo apresentada pelo PCP. O PS votou contra o documento, o PSD e CDS abstiveram-se e os comunistas, Bloco de Esquerda e Verdes votaram a favor. O Executivo de José Sócrates com maioria relativa no Parlamento ultrapassou esta tentativa de desestabilização da vida política num momento particularmente difícil para o país.

[Página 2](#)

Governo

Aprovadas medidas de consolidação orçamental

[Página 6](#)



Entrevista a Miranda Calha “Biodiversidade é um valor para o futuro”

[Página 8](#)

download do livro em:
www.ps.pt

UMA LEI
A FAVOR
DE TODOS

LEI DO CASAMENTO CIVIL ENTRE
PESSOAS DO MESMO SEXO



Colaboram nesta edição
João Sequeira
Acácio Pinto
Lúcio Ferreira
Luis Vaz
Rui Pedro Barreiro

Rejeitada censura comunista

A Assembleia da República rejeitou, no passado dia 21 de Maio, a moção de censura ao Governo apresentada pelo PCP. O PS votou contra o documento, o PSD e CDS abstiveram-se e os comunistas, Bloco de Esquerda e Verdes votaram a favor. O Executivo de José Sócrates com maioria relativa no Parlamento ultrapassou esta tentativa de desestabilização da vida política num momento particularmente difícil para o país.

MAS a abstenção do PSD e do CDS-PP não deixou satisfeito o primeiro-ministro, José Sócrates, para quem o momento que o país atravessa é importante de mais para se ceder a ambiguidades.

“Há momentos em que não se pode ficar pelo ‘nim’, em que a responsabilidade não pode ser assumida apenas pela metade”, afirmou Sócrates, dizendo de seguida aos partidos que se situam à direita do hemiciclo que, “ao optarem pela abstenção, perdem uma oportunidade soberana para serem totalmente claros na recusa do oportunismo e da instabilidade política”.

Sócrates criticou também a ala mais à esquerda do Parlamento, condenando a “irresponsabilidade” dos comunistas ao pretenderem “lançar o país numa crise política” e apontando os bloquistas por escolherem andar a reboque do PCP, “preferindo estar de fora do círculo da governabilidade”.

Para José Sócrates, ao apresentar a moção de censura, o PCP visava um objectivo declarado: “Acréscetar à crise financeira uma crise política”.

“Uma moção de censura é muito mais do que uma manifestação de oposição à política do Governo: é uma figura constitucional que tem por objectivo derrubar o próprio Governo”, assinalou Sócrates, demonstrando ser esta a posição daqueles que não querem aceitar responsabilidades nas condições de governabilidade e pretenderem precipitar uma crise política no país, pondo em causa o próprio

voto popular expresso há menos de seis meses.

“O país fica a dever mais esta ao Partido Comunista”, ironizou o primeiro-ministro, para de seguida considerar que “a moção é uma iniciativa que não vem trazer nada de bom, revela oportunismo em cavalgar algum descontentamento perante medidas difíceis e é o recordatório para a manifestação da CGTP”.

O primeiro-ministro considerou ainda que a moção de censura do PCP, além de uma “grave irresponsabilidade política”, constituiu uma demonstração inequívoca de oposição à construção europeia e de incompreensão da necessidade de defender a sustentabilidade do Estado social.

No debate, perante uma direita que insistia no recuo das obras públicas e, particularmente do comboio de alta velocidade, José Sócrates mostrou provas de que as obras do TGV estão a avançar do lado espanhol.

Por seu turno, e em resposta aos “avisos” do líder da bancada laranja sobre “o prazo de validade” do acordo e das medidas de austeridade subscritas pelo PSD (2011), o presidente do GP/PS, Francisco Assis apontou para um eventual “oportunismo” da parte do principal partido da oposição.

“Fiquei com sérias dúvidas sobre se o PSD está a participar neste processo de forma séria, compreendendo o que é o interesse do país em enfrentar a crise, ou se está a participar neste processo pelo mais puro calculismo eleitoral”,



declarou, vincando de seguida que “não é sério que o PSD diga que a responsabilidade da crise é exclusiva do Governo”.

PCP aliado com a direita

Por outro lado, Francisco Assis denunciou também a estratégia política subjacente à moção de censura.

“Se a moção fosse aprovada abria caminho ao regresso da direita ao poder”, apontou o líder da bancada do PS, explicando que “quando se construir uma alternativa de poder, ela não virá da extrema-esquerda. Infelizmente virá da direita”.

Segundo Assis, é claro que, com esta tentativa de derrubar o Governo, o PCP se tornou num “aliado da direita”.

A fechar o debate, o ministro da Defesa, Augusto Santos Silva, apontou as razões pelas quais “todos falharam” no debate da moção de censura.

“Falhou o PCP ao querer abrir uma crise política. Falhou o BE por ir a reboque do PCP e falhou a direita, que perdeu uma oportunidade de recusa clara à

Sócrates criticou a ala mais à esquerda do Parlamento, condenando a “irresponsabilidade” dos comunistas ao pretenderem “lançar o país numa crise política” e apontando os bloquistas por escolherem andar a reboque do PCP

instabilidade política”, afirmou, acrescentando que “perderam mais este combate”.

Todavia, considerou, “quem perde com a derrota da moção é o sectarismo, a irresponsabilidade política e o anti-europeísmo militante”.

Mais adiante, esclareceu que “pelas circunstâncias, o PSD foi obrigado a dar o acordo às medidas do Governo, mas não eram bem essas as medidas que esperava”.

“Se o PSD pudesse, reduzia salários, privatizava a Segurança

Social pública e liberalizava o despedimento”, denunciou, acusando a bancada laranja de “falta de coerência política”.

O ministro da Defesa comentou também que “chega a ser comvente a candidez com que o PSD dá razão ao PCP”, sublinhando que “a moção de censura também é contra o PSD”.

“E o que faz o PSD? Abstém-se face a essa atitude. Porque sabem muito bem o julgamento que o povo faria se acompanhassem a extrema-esquerda no derrube do Governo”, declarou, apontando para o medo dos sociais-democratas.

Mas, rematou, “este não é o tempo para virar a cara à luta como ainda hoje tentou aqui fazer o PSD”.

A finalizar, Augusto Santos Silva desafiou a oposição a assumir posições claras e as responsabilidades decorrentes destas.

“São ou não são, estão ou não estão, concordam mas não concordam, não censuram hoje porque querem censurar amanhã”, disse, concluindo de seguida que este “não é o tempo dos indecisos, nem dos calculistas”. M.R.

Exportar mais para Marrocos

ENERGIAS renováveis, construção de infra-estruturas e modernização do parque escolar são algumas das áreas e serviços que Portugal pretende exportar para Marrocos.

Esta a garantia dada pelo primeiro-ministro no início dos trabalhos da XI Cimeira Portugal/Marrocos, que teve lugar na passada terça-feira, na cidade marroquina de Marraquexe.

Depois de destacar o bom relacionamento político e económico existente entre os dois países, José Sócrates enalteceu as “excelentes oportunidades ainda existentes para o desenvolvimento do comércio bilateral”.

Marrocos tem para este ano um programa ambicioso de investimentos para as energias renováveis que centraliza sete mil milhões de euros em adjudicações de contratos e lan-

çamento de concursos, enquanto que para a construção de infra-estruturas, também para o corrente ano, disponibiliza cerca de dez mil milhões de euros para adjudicações, havendo ainda verbas importantes para a renovação e reequipamento de escolas.

Consciente da capacidade das empresas portuguesas em poderem responder a estes desafios, o primeiro-ministro alertou o seu homólogo marroquino para o trabalho que Portugal tem vindo a realizar nestes sectores, o que levou já à criação de “clusters” especializados, uma experiência que poderá, como garantiu, “ajudar também Marrocos a modernizar-se nestas áreas”.

O computador “Magalhães”, a par da instalação da banda larga nas escolas, a universalização



do cartão de aluno ou a instalação da rede de videovigilância, mereceram igualmente uma atenção especial por parte do primeiro-minis-

tro que garantiu estarem as empresas portuguesas preparadas para desenvolver programas semelhantes em Marrocos. R.S.A.

“Esta lei traz um pouco mais de felicidade a muita gente”

“A APROVAÇÃO do casamento entre pessoas do mesmo sexo torna a sociedade melhor”, afirmou o secretário-geral do PS, defendendo que “nenhuma questão, nem social, nem económica, deve servir de desculpa” para que não se tivesse avançado “no campo dos direitos”.

Esta lei, disse, “traz um pouco mais de felicidade a muita gente”, e, quando algumas pessoas ficam felizes em Portugal, “todos nós, portugueses, ficamos igualmente felizes”.

Sócrates falava antes do almoço que ofereceu no Palácio de São Bento a várias associações defensoras dos direitos dos homossexuais, sublinhando que esta “não é uma lei que vise distinguir este ou aquele grupo na sociedade”, mas uma lei humanista, “que reduz as desigualdades e a discriminação no nosso país”.

Mais tarde, no Museu do Oriente, durante uma sessão de apresentação de uma colectânea de textos intitulada “Uma lei a favor de todos” sobre as posições do Partido Socialista em defesa da lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o secretário-geral do PS prestou homenagem aos membros das diversas associações



cívicas que ao longo das últimas décadas se têm batido, “por vezes em circunstâncias extremamente difíceis”, contra as discriminações e pelos direitos dos cidadãos homossexuais.

Esta sessão serviu também para assinalar a publicação em “Diário da República” da lei que permite o casamento civil entre pessoas do

mesmo sexo, tendo José Sócrates recordado a este propósito que o debate em volta desta problemática foi durante muitos anos considerado uma questão menor, “imprópria para que a política se ocupasse dela”.

Contudo, se o tema sobreviveu e se manteve vivo na sociedade, disse, muito se deve à luta de muitas

Se o tema sobreviveu e se manteve vivo na sociedade, disse, muito se deve à luta de muitas pessoas que nunca desistiram e que sempre alimentaram a esperança de um dia serem ouvidas

pessoas que nunca desistiram e que sempre alimentaram a esperança de um dia serem ouvidas. Para esses que lutaram por esta causa, “vai a nossa homenagem à sua coragem e tenacidade”.

Segundo o secretário-geral, o PS “como partido progressista que é”, limitou-se a dar voz e expressão política a essas pessoas que durante décadas lutaram por uma causa em que acreditavam, uma posição que muitas vezes lhes valeu serem ostracizadas por uma parte da sociedade.

Em termos legislativos, o líder socialista garantiu que a lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo teve um processo legislativo que cumpriu “escrupulosamente” as regras democráticas e “honrou a Constituição Portuguesa”.

Para o deputado Miguel Vale de Almeida, os gays, as lésbicas, os cidadãos e as cidadãs que acreditam na igualdade “vão continuar a lutar por todos os direitos”, recordando que a concretização e o sucesso desta lei se deve também ao apoio demonstrado por muitas pessoas que deram a sua cara por esta luta, “pessoas que não são nem lésbicas, nem gays, mas que investiram muito nesta causa”. R.S.A.

Situação política em Portugal está estabilizada

“A actual situação política em Portugal está estabilizada”, considerou o dirigente socialista Augusto Santos Silva, num debate promovido, no dia 28, pela recém-eleita direcção da Concelhia de Lisboa do PS, na sede nacional, do Largo do Rato, onde sublinhou que nas últimas semanas “conseguimos arrastar o PSD para as medidas de consolidação orçamental” e “falharam as tentativas de assassinio de carácter ao primeiro-ministro”.

J. C. CASTELO BRANCO



FALANDO perante uma plateia de cerca de uma centena e meia de militantes, o também ministro da Defesa defendeu que, ao invés, a situação política e económica europeia “está mais confusa que em 2009”, fruto dos “ataques especulativos em força ao euro e à turbulência dos mercados”.

Por isso, disse, a primeira questão que se deve colocar “é tão velha como as democracias”, ou seja, explicou, tem a ver com o “estreitamento do poder de soberania das democracias”. É que, segundo Santos Silva, “as decisões de Estados soberanos podem ser torpedeadas por instâncias subordinadas a interesses privados, como

as agências de rating”.

A segunda questão levantada pelo dirigente do PS foi atinente à “consistência das políticas públicas”. E neste aspecto, disse, “há uma dimensão de natureza moral”, considerando que “é preciso topete para que as instituições financeiras que levaram à crise em 2008, obrigando a Europa e os Estados Unidos a intervirem para evitarem a bancarrota, aumentando os seus défices, sejam as mesmas que agora exigem aos Estados que reduzam a mata-cavalos os seus défices”.

A terceira dimensão, segundo Santos Silva, tem a ver com a “escolha europeia” para fazer

face à crise. E, a propósito, lembrou que a média do défice na zona euro é aos EUA e a dívida soberana também é inferior à dos EUA e Japão. Face a esta realidade, afirmou, “a opção seguida nos Estados Unidos foi a de que é essencial a recuperação da economia, mantendo o investimento público e aumentando a despesa social, nomeadamente com a reforma da saúde”.

Já a opção europeia, disse, “está a ser reduzir o défice abaixo dos 3%, diminuir o investimento público e conter o desenvolvimento das políticas sociais”. Uma opção que, confessou, lhe custar ver a Europa tomar e que está a ser muito conduzida pela Alemanha.

Segundo Augusto Santos Silva, “a vertigem com que a Europa está a reduzir o défice tem um risco recessivo e põe em causa algumas traves-mestras do modelo social europeu”.

Na sua intervenção, o dirigente do PS defendeu que “temos de fazer tudo o que for necessário para nos mantermos na zona euro”, sublinhando que “o programa de austeridade português é mais leve que os programas grego, irlandês, inglês, italiano e espanhol”. E acrescentou que “o processo de consolidação é um problema europeu, não é um problema apenas português”.

Para Augusto Santos Silva, para além da consolidação orçamental, é fundamental “apostar no sector exportador, diversificando mercados, em particular para as economias emergentes”, “continuar a proceder à mudança tecnológica da nossa economia”, “investir nas energias renováveis”, “insistir nas qualificações dos portugueses” e “aumentar a investigação e desenvolvimento”.

Quanto à questão social, afirmou que “não é fácil a socialistas dizerem que temos de ser mais contidos em prestações sociais de natureza não contributiva”, defendendo que “a aposta continua a ser a regra da selectividade, como acontece no complemento solidário para idosos e no abono de família”. E concluiu que, nestes tempos de crise, “esta é a opção justa e que defende melhor o Estado Social”.

Neste debate, destaque para a forte participação dos militantes, que colocaram numerosas questões ao membro do Secretariado Nacional.

Governo continua aposta na valorização e qualificação dos portugueses

“NÃO haverá qualquer redução da despesa do Estado na valorização das qualificações e das competências dos portugueses”, garantiu a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, já que, reiterou, esta é uma área “integrante da estratégia de saída de crise”.

Falando no Porto, durante uma cerimónia de entrega de diplomas no Centro Novas Oportunidades Cenatex II, Helena André disse estar convicta de que “quando sairmos da crise teremos mais capacidade de ser competitivos tanto no mercado interno como no mercado externo se tivermos mais pessoas com maiores competências”.

A ministra afirmou ter “noção e a consciência” dos muitos sacrifícios que estão a ser pedidos às portuguesas e aos portugueses, considerando que é “fundamental restaurar a confiança no nosso país e restaurar a confiança em nós próprios”.

“E isto não podemos fazer independentemente e separadamente, o Governo de um lado, os cidadãos do outro, as associações empresariais do outro ou os representantes sindicais do outro. Temos que o fazer numa perspectiva colectiva e temos que dar as mãos para atravessarmos este período difícil”, salientou.

Referindo que “aquilo que está em causa hoje é a moeda única europeia não é tanto aquilo que



se passa em cada um dos países”, Helena André sustentou que é necessário ter a percepção de que “ultrapassar uma parte dos nossos problemas tem a ver também com o papel de Portugal na Europa e como a solidariedade da Europa relativamente aos seus

Estados-membros”.

A ministra realçou “a importância que a aquisição das competências e das qualificações tem naquilo que é o mundo do trabalho de hoje”, que está “em evolução constante”.

Por isso, frisou, “o programa

Novas Oportunidades é de facto uma oportunidade única para podermos ultrapassar algo que tem sido crónico no nosso país, que é o défice de qualificações”.

“Sabemos que temos elevados níveis de desemprego no nosso país mas quando olhamos para as esta-

tísticas também vemos que aqueles que têm níveis de qualificação e de educação mais elevados são aqueles que sofrem menos os efeitos do desemprego e são aqueles que mais rapidamente conseguem voltar ao mercado de trabalho”, acrescentou.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima

Semestral.....6€
Anual12€

Quota suplementar

(Inclui “Acção Socialista”)
Semestral...12€
Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;

2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132

REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE

(total de 9 dígitos)

MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)

Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!

Reforçar o SNS para responder à crise

NESTES tempos de crise é preciso reforçar o Sistema Nacional de Saúde (SNS), melhorar a sua eficiência, a sua gestão e não conspirar para o desmantelar. Esta foi a ideia central do discurso proferido por pela ministra Ana Jorge, no encontro “Segurança nos Cuidados de Saúde versus Sustentabilidade do Sistema de Saúde”, realizado em Lisboa e organizado pelas quatro ordens ligadas ao sector – dos médicos, enfermeiros, farmacêuticos e dentistas.

Segundo Ana Jorge, “quem acha que os problemas do país se resolvem pondo em causa o SNS, não compreende o alcance deste como instrumento poderoso de coesão social”.

Na ocasião, a ministra da Saúde recusou a ideia de que o SNS é mal gerido, sustentando que “há bons e maus gestores no Serviço”. Porém, não deixou de admitir que “é preciso obter ganhos de eficiência”.

Salientando que os profissionais de saúde têm actualmente vários desafios no SNS, Ana Jorge lembrou ainda que as dez medidas tomadas



“que mais se concentram aqueles que, não tendo coragem de assumir que querem acabar com o acesso universal aos cuidados de saúde, se escondem atrás de um conceito vago de livre escolha com o Estado a pagar”, afirmou.

À margem do encontro, questionada pelos jornalistas sobre se o seu discurso era um ataque aos privados, a governante afirmou que “não foi um ataque a ninguém”.

“Foi antes uma defesa daquilo que consideramos importante para o SNS”, adiantou, recordando que os privados são complementares ao Serviço Nacional.

“Os privados são bem-vindos para algumas áreas complementares como os cuidados continuados”, concluiu.

recentemente para melhorar a gestão do SNS irão gerar uma poupança de 50 milhões de euros.

Depois, voltou a alertar para as tentativas encapotadas de tentar acabar com o acesso universal aos cuidados de saúde.

É na eficiência da gestão do SNS

Relatório de Comissão de Ética falsifica a realidade em aspectos essenciais

O relatório que resultou de três meses de trabalho, 34 sessões e mais de 90 horas de reuniões na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura sobre as liberdades de expressão e de imprensa mereceu a rejeição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) porque “ele não reflecte fidedignamente o que se passou no decorrer das audições realizadas e extrai conclusões indevidas e não sustentadas em factos provados”.

A POSIÇÃO foi expressa e defendida pelos deputados do PS numa declaração de voto de 19 de Maio, a qual sustenta que o relatório em questão, ignorando o princípio basilar do contraditório, “falsifica a realidade em aspectos essenciais”.

No documento, os deputados socialistas referem ter constatado que “a preocupação com a propaganda prevaleceu sobre a vontade de alcançar a verdade”, lamentando que a “obsessão em atacar o Governo e o primeiro-ministro” tenha impedido “a promoção de uma reflexão séria e isenta sobre as condições do exercício da liberdade de Imprensa em Portugal”.

“Não podemos acompanhar este relatório quando, sem qualquer fundamento factual sólido, se afirma que se apuraram contradições no chamado caso TVI ou que se assiste a uma crescente tendência para a intromissão do poder político nos conteúdos informativos. Nada nos depoimentos ouvidos permite a extracção de tais ilações”, refere a declaração.

Assim, segundo os deputados, mantém-se a pertinência do receio inicial: “os partidos da oposição instrumentalizaram grosseira e

irresponsavelmente a questão séria da liberdade de expressão e de Imprensa com o único intuito de atacar o Governo”.

Todavia, os deputados socialistas salientam “o contributo positivo prestado por vários depoentes que enunciaram problemas reais associados ao exercício da actividade jornalística e que devem originar um debate aprofundado, tendo em vista a apresentação de propostas legislativas eficazes”.

“Pensamos mesmo que, a prazo, quando se diluir o ruído das paixões conjunturais, esse constituirá o legado útil dos trabalhos agora terminados”, observam.

Sublinham, por outro lado, as conclusões que se impunham tirar findos estes trabalhos na Comissão de Ética.

Para os deputados do GP/PS, “os propósitos do PSD ao suscitar estas audições revelam-se não só improcedentes como infundados”.

“Decorrido o rol de audições e ouvidos os testemunhos de 34 personalidades, não apenas não se demonstrou a existência de um plano” para controlar os media, “como foram mesmo desmentidas as graves acusações dirigidas ao Governo no



requerimento do PSD”.

Os chamados casos “Mário Crespo” e “Sol”, implicando alegadas pressões políticas junto de direcções editoriais, ficaram também desmistificados, conforme se explica na declaração.

“Quanto à acusação de direccionamento na colocação de publicidade do Estado suscitada pela revista “Sábado” do grupo Cofina, em que se sugeria que haveria favorecimento de grupos amigos do Governo em detrimento de grupos hostis, dos depoimentos prestados nenhum indício se revelou que pudesse sustentar essa tese, aliás apurou-se o contrário, ou seja, os que mais reclamavam eram justamente os que mais beneficiavam”, lê-se na declaração.

Para os socialistas, “caiu, desta forma, por terra a tese de que o

país vive num clima de asfíxia democrática e de que existia um plano do Governo para controlar a Comunicação Social” e, por esse motivo, ficou também demonstrada a razão e a propriedade que teve o PS ao requerer, antes, a avaliação das condições do exercício da liberdade de expressão”.

Segundo os deputados, os relatos das personalidades ouvidas na Comissão apontam para a existência de problemas e dificuldades no que diz respeito à transparência da propriedade dos órgãos de Comunicação Social. As condições de detenção dos órgãos de Comunicação Social por parte do Estado e como se processa o seu financiamento, um eventual risco de concentração excessiva, a necessidade de promoção de medidas que reforcem o estatuto do

do PSD, pretendeu apenas, através dos trabalhos da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, atacar o primeiro-ministro, limitando-se a ser no Parlamento eco de injúrias e difamações que, como podemos agora cabalmente concluir, continuam por provar”.

E defendem no documento que “é da mais elementar justiça verificar hoje que a reavaliação rigorosa destes problemas, permitida por estas audições, recoloca no debate a actualidade, a pertinência e a necessidade de retomar as iniciativas legislativas promovidas na passada legislatura pelo Governo do Partido Socialista e pelo GPPS, que visavam a não concentração e transparência da propriedade dos órgãos de Comunicação Social, inviabilizadas na altura pela oposição”. M.R.

Comissão Inquérito TVI Assis repudia continuada suspeição do PSD

À FALTA de provas e numa postura de “desespero final”, os deputados do PSD na comissão de inquérito relativa à relação do Estado com a Comunicação Social “querem pelo menos manter a suspeição” de que o primeiro-ministro, José Sócrates, mentiu sobre a tentativa de compra da TVI, afirmou, no dia 20, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis.

“Não lhes sendo possível provar que o primeiro-ministro mentiu à Assembleia da República e que o Governo interferiu na decisão da PT em negociar a entrada no capital da TVI, porque isso não sucedeu, aqueles deputados querem pelo menos manter uma situação de suspeição, o que só pode merecer o mais veemente repúdio”, acusou Francisco Assis, numa declaração política no Parlamento, em que esteve acompanhado pelo coordenador dos deputados socialistas na comissão, Ricardo Rodrigues, e pela



também vice-presidente da bancada, Ana Catarina Mendes.

Francisco Assis lamentou “a insistência” dos deputados do PSD na comissão de inquérito em solicitar, mesmo sabendo que “não é lícito”, o “uso de escutas para efeitos políticos”.

Para o líder da bancada parlamentar socialista, “as razões dessa insistência ficaram agora totalmente claras”, já que, sustentou, “os deputados do PSD na comissão de inquérito quiseram criar um mero incidente, por via do qual procuram fazer passar para a opinião pública uma tese de conspiração, que sempre sustentaram, mesmo antes de ter acesso às referidas escutas”.

Desespero final

Francisco Assis referiu ainda que, apesar de “desautorizados pela própria direcção do seu partido”, os deputados do PSD “procuram agora criar na opinião pública a ideia de que só não vão mais longe na demonstração da tese que sempre defenderam porque não podem”. E nesse sentido, considerou estarmos perante “uma mera manifestação de desespero final daqueles

que tiveram todas as oportunidades para demonstrar a sua tese e não o conseguiram, fingindo agora que foram impedidos de o fazer”.

Na sua declaração, o líder do Grupo Parlamentar do PS considerou ainda que o despacho do presidente da comissão de inquérito, Mota Amaral, a proibir o uso de escutas “honra a Constituição, a Lei, o Estado de Direito e até a nossa memória histórica colectiva”.

Francisco Assis fez questão de realçar que o PS “não receia qualquer meio de prova”, quer seja testemunhal, documental ou de outra natureza, assim como não receia “o que está ou deixe de estar nas escutas, ou em resumo de escutas, em muitos casos já abundantemente noticiadas”, com “flagrante violação do segredo de justiça”. Contudo, frisou, “o PS não pode aceitar o uso ilícito de qualquer meio de prova”. J. C. C. B.

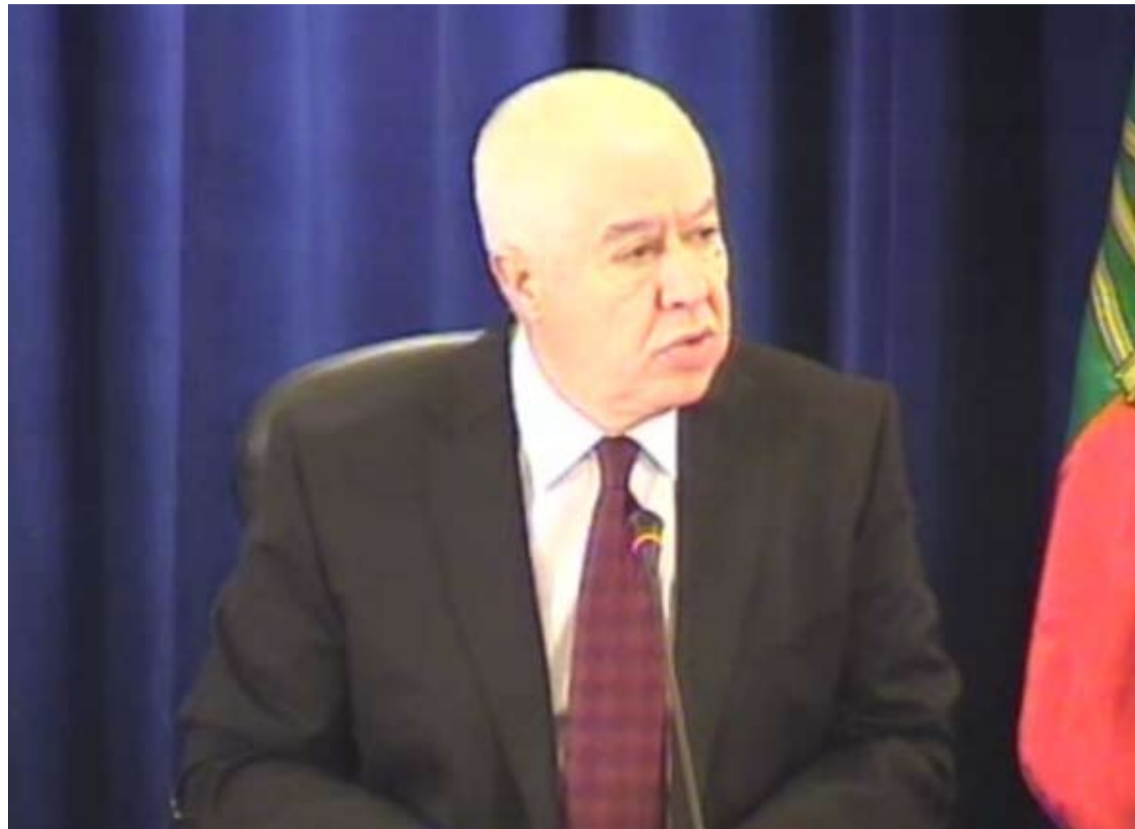
Aprovadas medidas para acelerar redução do défice e controlar a dívida pública

BAIXAR o défice para 7,3% do PIB em 2010, em vez dos 8,3% anteriormente anunciados no PEC e para 4,6% em 2011, contra os 6,6% inicialmente propostos a par do efectivo controlo da dívida externa são objectivos inseridos na proposta de lei, a submeter à Assembleia da República (AR), aprovada em Conselho de Ministros do passado dia 20 de Maio.

A razão desta medida prende-se com a aceleração da redução do défice excessivo e do controlo do crescimento da dívida pública previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento, e assim combater a especulação que se abateu sobre a nossa economia.

O ministro das Finanças, no final da reunião do Conselho de Ministros, chamou a atenção para a absoluta necessidade de uma efectiva e rápida consolidação orçamental em Portugal, iniciativa que, como frisou, terá que passar por este esforço adicional, lembrando que a redução do défice tem de ser duradoira, porque não faz sentido, como defendeu, “fazer-se um esforço de redução até 2011 e depois perder o resultado nos anos subsequentes”.

Das várias medidas anunciadas pelo Governo tendo em vista a redução da despesa destacam-se, entre outras, o aumento em um ponto percentual de cada uma das



taxas do IVA, a cativação de 300 milhões de euros nas transferências para o sector empresarial do Estado, as transferências para o Orçamento de Estado dos saldos de várias entidades públicas com autonomia financeira, congelamento das admissões na Administração Central, Local e Regional, redução de 5% dos vencimentos dos polí-

ticos e gestores públicos, redução da transferência em 100 milhões de euros para as autarquias e em cinco milhões para as regiões, cativação de várias rubricas, designadamente nas comunicações, horas extraordinárias e de representação, cativação de 7,5% no PIDDAC, cativação de 40% nas alterações não obrigatórias de carreiras e nos

O ministro das Finanças chamou a atenção para a absoluta necessidade de uma efectiva e rápida consolidação orçamental em Portugal

prémios de funcionários, obrigação de serviços e fundos autónomos constituírem uma reserva de 20% das suas receitas e estabelecimento da regra de saldo positivo dos serviços e fundos autónomos.

O líder da bancada do PS, Francisco Assis, veio defender a necessidade de o Parlamento “não se dissociar” da preocupação e das medidas de austeridade anunciadas pelo Governo, sublinhando que em relação ao processo legislativo, a preocupação do Partido Socialista passa pela aprovação o mais rápido possível destas medidas.

Assis lembrou que Portugal está “sob a observação e o escrutínio permanente” de entidades exteriores, razão porque muitas das medidas anunciadas pelo Governo, “devem ser tomadas no mais curto prazo de tempo”.

Numa altura em que estão a ser pedidos sacrifícios às pessoas, acrescentou ainda o líder parlamentar socialista, há absoluta necessidade que esse esforço pela parte da AR se faça, “de forma justa e equitativa”, mostrando-se convicto de que os portugueses compreendem a importância do esforço que vão levar a cabo nos próximos meses, “e até nos próximos anos”, face à gravidade da questão com que estamos globalmente confrontados. R.S.A.

Vieira da Silva sublinha Consolidação orçamental é condição para o desenvolvimento

AS PREVISÕES da OCDE para Portugal trazem dados positivos e mostram a “necessidade de cumprir com rigor a estratégia de consolidação das contas públicas como condição para o desenvolvimento”, afirmou o ministro da Economia, que, frisou, deve ser “uma verdadeira prioridade nacional”.

Vieira da Silva referiu que “a OCDE aponta para a necessidade de Portugal cumprir com rigor a estratégia de consolidação das contas públicas como condição para o desenvolvimento”, acrescentando que “esta mensagem está bem presente e corresponde a movimentos que estão a acontecer um pouco por toda a Europa, e é uma verdadeira prioridade nacional”.

Nas previsões apresentadas a 26 de Maio, a OCDE considera que a economia portuguesa vai crescer 1% este ano, abrandando para 0,8% em 2011, e que o desemprego vai ficar nos 10,6% este ano e nos 10,4% no ano seguinte.

“A previsão de desemprego é basicamente próxima da situação actual e aí já a OCDE admite uma diminuição em 2011. Obviamente que é um valor elevado, em particular o de 2010, mas está em linha com a situação actual, portanto não aponta para



um agravamento, o que, não sendo uma boa notícia, não é sinal de degradação da situação”, disse o ministro.

Por outro lado, continuou Vieira da Silva, o relatório “dá grande ênfase à importância do desenvolvimento das exportações, o que é um aspecto muito positivo, porque um crescimento baseado nas exportações, que fica claramente acima das previsões do Governo, é uma forma de o crescimento ser mais sustentado e favorece mais a economia portuguesa”.

Referindo que “não deixa de estar ainda a sentir-se os efeitos da forte recessão que atravessou o mundo e a Europa em 2009”, o governante afirmou que “a OCDE admite um recuo, no próximo ano, ao nível da procura interna, do consumo das famílias e do Estado e do investimento”, mas sustentou que “a previsão tem menos certeza que a feita para este ano”. Por isso, concluiu, “cabe-nos a nós tentar inverter a situação”.

Vieira da Silva lembrou, a propósito, que “como para 2010 foi possível haver sucessivas revisões em alta, também temos de o fazer para 2011, porque depende do nosso desempenho”.

Medidas de austeridade defendem o país

José Sócrates garante que o Governo mantém as previsões de crescimento económico (0,7%) para este ano e olha com esperança para os primeiros sinais de abrandamento do desemprego.

Numa entrevista concedida à RTP1, no passado dia 18, o primeiro-ministro afirmou-se “preparado para tudo” e nada temer por estar a tomar as medidas necessárias para defender o país.

NA ENTREVISTA de cerca de uma hora, conduzida pelos jornalistas Judite Sousa e José Alberto Carvalho, Sócrates afirmou que mantém “o mesmo cenário macroeconómico” para 2010, considerando que a “pequena quebra” verificada nos números do desemprego constitui “um momento de viragem”.

E disse ainda estar preparado para a contestação social que as medidas de austeridade anunciadas possam vir a desencadear.

“Estou há cinco anos como primeiro-ministro, estou preparadíssimo para enfrentar toda a contestação. As pessoas têm todo o direito de discordarem, espero que respeitem também o meu ponto de vista, que respeitem também o facto de eu estar a fazer aquilo que julgo que devo fazer e que é importante para o país”, explicou, frisando que o plano de combate à crise “foi definido e pensado de forma a ter o menor impacto recessivo”.

Deixando claro que o PS não precisa de ajuda para governar, José Sócrates disse, porém, ter consciência de que, para servir bem o país, “precisamos de ter um acordo com

o PSD, por forma a que as medidas sejam aplicadas e tenham credibilidade externa”.

Frisou, porém que “o essencial das medidas” de austeridade apresentadas foi o Governo quem as propôs, exceptuando a redução de 5% nos salários dos políticos, iniciativa do PSD, com a qual, de resto, manifestou desacordo.

No que diz respeito ao tempo que o plano contra a crise poderá ter, Sócrates foi claro e categórico: o Governo “não hesitará em manter as medidas de austeridade até 2013 se for preciso”, sem deixar de referir que estas só têm o apoio do PSD até final 2011 e que fez “tudo para não aumentar os impostos”.

Mas, argumentou, “o mundo mudou” no final de Abril e no princípio de Maio, tendo havido “mudanças muito significativas nos mercados internacionais” e um ataque “especulativo e inesperado ao euro”.

Questionado sobre se deve desculpas aos portugueses pelo agravamento fiscal iminente, Sócrates respondeu: “Não peço desculpa por cumprir o meu dever e fazer o



que é imprescindível para defender o país. Teria de pedir desculpa se não tivesse a coragem de tomar as medidas necessárias”.

Em relação ao adiamento das grandes obras públicas, José Sócrates começou por “desfazer um mito”, vincando que os grandes investimentos públicos não estão a ser feitos no TGV, nem no novo aeroporto ou na terceira travessia do Tejo, mas sim no parque escolar e nos equipamentos sociais.

“O maior investimento este ano é na requalificação da rede de escolas secundárias, com mais de mil milhões de euros, e nas barragens, nos hospitais, nas creches e lares de

idosos”, referiu o líder do Executivo, para quem “não se pode gerir um país com base no medo”, até porque “modernizar as infra-estruturas é não aceitar que Portugal seja colocado na periferia da Europa”.

Todavia, admitiu, “a realidade mudou”, e embora o TGV e o novo aeroporto sejam “fundamentais”, será preciso esperar, admitindo que a construção do troço entre Poceirão e Lisboa pode ser adiado por mais de seis meses, dependendo das condições de financiamento do mercado.

“Não vamos lançar o concurso em Junho, vamos esperar pela estabilização dos mercados”, rematou o primeiro-ministro.

Sobre o novo aeroporto, o Executivo já tinha afirmado que o processo ia ser adiado por dois anos.

Ao finalizar a entrevista, Sócrates declarou-se “preparado para tudo” e nada recear no que diz respeito à Comissão de Inquérito Parlamentar sobre Governo e TVI, mantendo, mais uma vez que nunca tinha dado indicações à PT para fazer fosse que negócio fosse e que não tinha conhecimento do negócio.

Já no que toca à escolha do candidato presidencial do PS, Sócrates clarificou que a questão na escolha não é de convicção, mas sim de “tempo político” para ouvir os vários órgãos do partido. M.R.

Simplex

Instrumento poderosíssimo ao serviço de uma Administração moderna

“O SIMPLEX foi um instrumento poderosíssimo ao serviço de uma Administração moderna, eficiente e à altura dos tempos e plenamente integrada no espírito da época, em que é preciso fazer mais e melhor com menos recursos», afirmou, no dia 21, o primeiro-ministro, José Sócrates, em Lisboa, na sessão de balanço do Simplex 2009 e apresentação do programa para 2010, em que estão previstas 129 novas medidas.

Segundo José Sócrates, “estes programas transformaram a nossa Administração Pública numa administração que se vai afirmando mais amiga da iniciativa, mais próxima de quem quer empreender, mais próxima dos empresários, mais próxima de quem quer criar riqueza e criar também postos de trabalho”.

Das novas medidas apresentadas, o primeiro-ministro destacou o Licenciamento Zero, através do qual o Estado passa a não exigir a emissão de licenças a quem pretenda exercer algumas actividades (*ver caixa*). Deste modo, adiantou o primeiro-ministro, “quem quiser prosseguir essas activida-



129

É o número de medidas previstas no Simplex para 2010, das quais se destaca o Licenciamento Zero

des basta apenas reportar, não tem nenhuma licença, mas fica responsabilizado”.

Entre as 790 medidas implementadas nos últimos quatro anos, no âmbito do Simplex, José Sócrates destacou a Empresa na Hora e a Empresa Online.

“No ano passado foram constituídas 52% de empresas na hora; quer dizer que mais de 50% das empresas que se constituíram em 2009 foram em menos de uma hora”, disse.

Já no mês de Fevereiro deste ano, continuou, “foram constituídas em média por dia 32 empresas sem se sair do computador, sem ir a nenhum balcão público, apenas através do computador e com a assinatura electrónica”.

Considerando não haver hoje “sociedade moderna desenvolvida e economia com sucesso que não conte com a ajuda da sua Administração Pública”, o primeiro-ministro salientou que, “por isso mesmo, a reforma da Administração constituiu um objectivo essencial no processo de desenvolvimento e afirmação da economia portuguesa”. J. C. C. B.

LICENCIAMENTO ZERO ELIMINA ENTRAVES A SERVIÇOS

Inserido no âmbito do Simplex, o Licenciamento Zero, aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Maio, visa eliminar o licenciamento ou outras permissões administrativas referentes ao regime de início de funcionamento de diversas actividades económicas, substituindo-os pelo reforço da fiscalização e pelo agravamento das sanções. Estão abrangidas pelo regime simplificado a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração, de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem, substituindo-se as permissões administrativas por um mero registo electrónico da informação necessária à verificação do cumprimento dos requisitos legais.

Miranda Calha, presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento

“Biodiversidade é um valor”

Na sequência da recente realização, na Assembleia da República, da conferência sobre “2010 Ano Internacional da Biodiversidade – e depois de 2010?”, onde participaram eminentes especialistas de diversos países, o “Acção Socialista” questionou o presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, camarada Miranda Calha, sobre as ideias-chave debatidas no encontro.

Ano Internacional da Biodiversidade, 2010 é marcado por ameaças ambientais e climáticas. Qual o perfil do mercado da biodiversidade para os próximos anos?

Biodiversidade é valor! Valor ambiental, valor económico, valor social. Um valor para o futuro!

Como valor que é, a Biodiversidade tem, com certeza, um futuro promissor.

Biodiversidade é desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento local, coesão territorial, turismo, iniciativa privada, parceria público-privada, tudo isso é uma realidade quando se questiona o futuro da Biodiversidade.

A iniciativa da União Europeia “B&B – Business & Biodiversity”, promovida no decorrer da Presidência Portuguesa da União Europeia, em 2007, tem como principal objectivo incrementar o relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, permitindo que se dê um contributo significativo para a sua protecção e para a prossecução da Meta de 2010, o Ano Internacional da Biodiversidade, de parar a sua perda a nível local, nacional, regional e global.

A Iniciativa B&B materializa-se num processo que implica a adesão a um conjunto de princípios, a que se segue a adopção de uma metodologia que visa a progressiva integração da biodiversidade na gestão das empresas nos seus vários determinantes.

Parece um facto animador e revelador do futuro da Biodiversidade em Portugal que esta iniciativa já conte com a adesão de 50 das maiores empresas e organizações portuguesas.

Num mundo globalizado e excessivamente centrado em questões económico-financeiras, como valorizar eficientemente a biodiversidade e a sua conservação?

O mundo globalizado pode efectivamente ser um factor catalizador para a promoção, conservação e investimento na biodiversidade.

A globalização tornou o mundo mais pequeno, mais próximo.

A globalização, no entanto, não pretende um mundo todo igual, e

aí o valor da biodiversidade é crucial na identidade e especificidade das regiões da aldeia global.

Em Portugal, temos imensos valores naturais – ambientes naturais, espécies de fauna e flora –, que, por si só, têm o potencial de agentes de desenvolvimento sustentável – económico, social e ambiental. Portugal, um pequeno país do Sudoeste Europeu, guarda em si verdadeiros “tesouros” de biodiversidade que nos distinguem dos outros (na Europa e no Mundo), e que poderão seguramente funcionar como alavancas de economias ao nível regional e nacional. Veja-se, o exemplo do lobo ibérico no Nordeste do País, do Grifo nos Vales do Douro, Tejo e Guadiana, do Roaz Corvineiro no Sado, das Abetardas no baixo Alentejo, da flora endémica no Sudoeste Alentejano, da diversidade de avifauna nos nossos principais estuários, da floresta Laurissilva na Madeira, do património eco-geológico dos Açores..., só para referir alguns.

Parece-me que será por aí. A aposta na diferenciação e na qualidade é uma aposta certamente ganha!

Existem directivas europeias vocacionadas para a protecção da biodiversidade. Estamos a aplicá-las?

Sim, existem, e sim, estamos a aplicá-las.

Ao nível da conservação da natureza e da biodiversidade, destaco duas directivas pela sua importância – a Directiva Aves e a Directiva Habitats. Da aplicação destas duas Directivas resulta a Rede Natura 2000, uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia que visa contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros. No território classificado as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

No nosso país, 20% do território encontra-se legalmente protegido, dos quais quase 700 mil hectares estão incluídos na Rede Nacional de Áreas Protegidas.



Que papel joga a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) neste aspecto?

O recurso a práticas de boa gestão agrícola tem um efeito favorável na conservação da biodiversidade. Por outro lado, uma agricultura mais tradicional conduzirá a

um maior bem-estar na situação socioeconómica das zonas rurais. A agricultura tradicional contribui efectivamente para preservar certos habitats naturais ou seminaturais, pelo que o abandono das terras e da gestão tradicional pode tornar-se uma ameaça real para a

biodiversidade.

Os instrumentos da PAC proporcionam um quadro para inclusão das preocupações ligadas à biodiversidade na política agrícola da União Europeia.

A estratégia agro-ambiental da PAC está sobretudo orientada para

to do Território e Poder Local

para o futuro”

as medidas agro-ambientais.

Algumas das prioridades do Plano de acção incluem a promoção e o apoio de práticas agrícolas sustentáveis e de sistemas que beneficiem directa ou indirectamente a biodiversidade, e em zonas de elevada biodiversidade e a promoção de acções destinadas a conservar raças pecuárias ou variedades vegetais locais ou ameaçadas, entre outras.

Há condições, neste cenário de crise em que vivemos, para implementar com todo o rigor uma política económica amiga do ambiente e promotora da biodiversidade?

“O mundo globalizado pode efectivamente ser um factor catalizador para a promoção, conservação e investimento na biodiversidade”

De novo, referir que, obviamente que sim!

A era do desenvolvimento mediado apenas em valor económico faz parte do passado.

Hoje o desenvolvimento sustentável é assumido claramente por qualquer que seja o agente de desenvolvimento – o Estado, o sector empresarial público e privado.

Já ninguém deixa que se pense que o desenvolvimento deverá ser feito a qualquer preço, sem que se avalie muito bem do seu potencial de impacte ao nível social e ambiental. Isso é um facto!

Portugal, muito pelo facto de ter aderido à Comunidade Europeia, tem ao seu dispor, no quadro legislativo, um alargado conjunto de instrumentos que concorrem para o desenvolvimento sustentável – a avaliação de impacte ambiental, a avaliação ambiental estratégica (em que Portugal foi pioneiro na

concretização, com o Plano Nacional de Barragens), o licenciamento ambiental, entre outros; ao nível do Planeamento e Ordenamento do território, os regimes jurídicos da RAN e da REN, os diversos Planos de Ordenamento (das Áreas Protegidas, da Orla Costeira, ...), o Plano Sectorial da Rede Natura 2000; as normas internacionais de certificação de empresas e instituições, ao nível ambiental, ao nível da qualidade e da responsabilidade social, contribuem na sua generalidade para um último e mesmo fim – uma evolução sustentável, de forma a usufruirmos e a deixarmos para os futuros portugueses um país melhor.

Qual o ponto da situação no nosso país no que diz respeito ao combate activo à destruição de habitats, às alterações climáticas, à poluição e à introdução de espécies exóticas, todos eles factores que ameaçam a biodiversidade?

Em relação ao combate às alterações climáticas, uma recente boa notícia – desde 2005 a redução de emissões em Portugal é efectiva e está comprovado que essa tendência não está directamente relacionada com a crise e o consequente abrando na economia. É resultado de um investimento efectivo em tecnologia e na adopção das melhores técnicas produtivas e de eficiência.

Em relação à biodiversidade, o panorama global não é o mais animador. A perda da Biodiversidade continua a verificar-se a um ritmo preocupante nas últimas décadas.

Em Portugal, no entanto, há motivos para estarmos optimistas.

A generalidade das nossas áreas protegidas está abrangida por um Plano de Ordenamento específico.

Ao nível da biodiversidade marinha nunca Portugal investiu tanto – o resultado do recentemente criado parque marinho “Luís Saldanha”, no Parque Natural da Arrábida, é animador (aumento do número de espécies e aumento das capturas para os pescadores licenciados). A proposta de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do SW Alentejano e Costa Vicentina, contempla igualmente uma muito especial atenção à conservação dos recursos marinhos.

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) é, reconhecidamente, um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.

TRÊS PERGUNTAS A MARCOS SÁ



Quais as ideias-chave da estratégia socialista para a preservação da biodiversidade?

A conservação da natureza e da biodiversidade surge no Programa do XVIII Governo como domínio prioritário de intervenção da política ambiental.

A acção do Governo passa por consolidar a salvaguarda da Rede Natura e dos demais valores naturais protegidos, no âmbito do novo regime jurídico de conservação da natureza e biodiversidade; apoiar a classificação e gestão de áreas protegidas locais e de áreas protegidas privadas, complementando a Rede Nacional de Áreas Protegidas; fomentar sinergias sustentáveis entre a biodiversidade e as actividades económicas e produtivas ligadas ao uso do território, como a agricultura, a floresta, a pesca, a caça e o turismo; potenciar, em especial, a Rede Nacional de Áreas Protegidas como base preferencial para o cluster do turismo de natureza; e promover também um novo sistema de gestão e financiamento das áreas protegidas e classificadas, através de medidas de fiscalidade adequadas e do reforço das parcerias com entidades com capacidade de gestão activa do território, como são os municípios, produtores florestais e agrícolas, associações de defesa do ambiente, empresas, etc...

Por outro lado, pretende reforçar-se a imagem internacional de Portugal como líder em questões de biodiversidade marinha, através do alargamento da rede de áreas marinhas protegidas, quer na costa, quer no alto mar, sendo designadas novas áreas classificadas e concretizada a extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho, em harmonia com a política comunitária.

Que resposta podemos dar à perda de biodiversidade?

A resposta à perda de biodiversidade faz-se através do investimento em conservação da natureza, mas, acima de tudo, da aposta na educação ambiental e de cidadania para os valores da sustentabilidade.

Devemos também ter políticas que promovam a aproximação dos cidadãos ao meio natural e continuar a apostar em programas de reintrodução de espécies emblemáticas em risco – o caso do lince ibérico em Silves.

Quais os desafios que o país enfrenta em matéria de gestão de recursos do mar, da floresta e dos solos?

Os desafios que se colocam nestas três áreas são basicamente os mesmos: a promoção e implementação de uma gestão humana sustentável.

No mar, isso passará por uma política de salvaguarda dos recursos pesqueiros – criação de áreas de protecção da biodiversidade e uma especial atenção ao meio de transição rio/mar (estuários) pelo seu valor ecológico, económico e social.

Na floresta, teremos que promover sustentabilidade e diversificação, desincentivando igualmente as práticas de monocultura florestal.

Relativamente aos solos, é fundamental promover uma agricultura adaptada ao meio, que seja sustentável, diversificada e de pequena escala, pois a produção intensiva causa impactos ambientais significativos.

“Pretende reforçar-se a imagem internacional de Portugal como líder em questões de biodiversidade marinha, através do alargamento da rede de áreas marinhas protegidas, quer na costa, quer no alto mar”

o reforço da sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas.

A conservação da biodiversidade depende grandemente da aplicação, eficiente e orientada, de medidas no âmbito da PAC, nomeadamente as indemnizações compensatórias para as zonas desfavorecidas e

Gestão mais eficiente na Saúde

UM PLANO com dez medidas para uma gestão mais eficiente na área da Saúde, foi apresentado por Ana Jorge, com o qual se pretende poupar 50 milhões de euros até ao final deste ano, sem afectar a qualidade dos serviços prestados, em que a eliminação de desperdícios e de gastos desnecessários vão ter um papel determinante. O objectivo é chegar aos cem milhões.

Cabe agora a cada serviço decidir como vai reduzir despesas para atingir as metas definidas pelo Ministério da Saúde. Reduzir horas extraordinárias, baixar a despesa em farmácia hospitalar, justificar as novas contratações, medicamentos genéricos mais baratos ou poupar papel e electricidade são alguns dos exemplos avançados.

“Sentimos necessidade de contribuir para o equilíbrio das finanças públicas contendo os gastos, mas sem pôr em causa o leque dos cuidados de saúde que prestamos”, afirmou a ministra da Saúde, em conferência de Imprensa, no dia 25 de Maio.

As “dez primeiras medidas para uma gestão mais eficiente do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”, segundo explicou Ana Jorge, passam por dar aos hospitais públicos um prazo de 20 dias, a partir do momento em que for publicado o



despacho conjunto com o Ministério das Finanças, para apresentarem um plano de redução das despesas.

“Pretendemos baixar 5% a despesa com horas extraordinárias, 2% a despesa com fornecimentos e serviços externos e assegurar o cumprimento da meta orçamental de crescimento de apenas até

2,8% da despesa em farmácia hospitalar”, disse. Só em horas extraordinárias o ministério prevê reduzir 13 milhões no espaço de um ano.

Entretanto, nos próximos 30 dias, será elaborado um Guia de Boas Práticas para as despesas correntes. Assim, exemplificou Ana Jorge, os gabinetes do Ministério

50 milhões

É quanto o Ministério espera poupar já este ano com o plano de dez medidas para tornar o SNS mais eficiente, com menos custos para o Estado e para o utente

da Saúde estarão também mais atentos às suas deslocações e a ter cuidados no que respeita, por exemplo, a não deixar os computadores ligados ou utilizar jarros de água em vez de garrafas, para mostrar que os pequenos-grandes detalhes não ficaram esquecidos. Já a 1 de Junho entra em funcionamento uma espécie de “central” para as compras, contabilidade e recursos humanos do SNS.

Também as contratações nos hospitais EPE que tenham resultados líquidos negativos vão passar a depender da aprovação prévia da ministra da Saúde. Na área do medicamento, a novidade está nas receitas médicas. Quando o médico as preencher o computador do sistema alertará para a existência de um medicamento mais barato com o mesmo princípio activo. A decisão final na escolha caberá ao médico, mas na receita aparecerá o valor que o doente está a pagar a mais.

De salientar ainda que o Ministério da Saúde renegociou o preço das tiras de controlo da glicemia para os diabéticos que ficarão automaticamente 10% mais baratos. Com esta medida, a tutela espera poupar cerca de cinco milhões de euros num espaço de um ano. **J. C. C. B.**

Deputados socialistas visitaram as obras dos hospitais do Tâmega e Sousa

NO ÂMBITO das visitas que periodicamente realizam ao distrito, os deputados socialistas eleitos pelo círculo eleitoral do Porto deslocaram-se desta vez no passado dia 24 de Maio, ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, respectivamente ao Hospital Padre Américo, em Penafiel e às obras do futuro Hospital de S. Gonçalo, em Amarante.

Em relação à unidade de Amarante, os eleitos do PS na Assembleia da República puderam constatar o bom andamento dos trabalhos, tendo-lhes sido garantido que esta unidade hospitalar abrirá as suas portas antes do Verão do próximo ano.

Como mencionou na altura a deputada Glória Araújo, a visita dos deputados do PS às novas unidades de saúde do Tâmega e Sousa, teve por objectivo, por um lado “verificar in loco” o andamento dos trabalhos, e, por outro lado, constatar se a calendarização estabelecida estava igualmente a cumprir os prazos.

A deputada Glória Araújo aproveitou ainda, em nome dos restantes eleitos socialistas por este ciclo eleitoral, para enaltecer os benefícios que estas duas unidades de saúde vão trazer para o quotidiano das populações e para a sua qualidade de vida, realçando ainda o facto de quer uma, quer a outra, se inserirem numa lógica mais vasta que passa, como defendeu, “por uma antiga aposta do Ministério da Saúde” em aproximar as unidades de saúde das populações.

O novo presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, José Luís Catarino, admitiu contudo



vir ainda a ser necessário criar uma nova urgência no Hospital de Penafiel, tendo reiterado que a aposta forte de Amarante será sobretudo dirigida para a cirurgia de ambulatório.

Quanto a custos, o responsável pela gestão destas duas unidades referiu que as obras do novo Hospital de S. Gonçalo estão orçadas em cerca de 32 milhões de euros, sendo que

perto de 24 milhões estão destinados às obras do novo edifício e os restantes oito milhões de euros destinados a equipamentos.

Será um hospital dotado com três blocos operatórios com capacidade para 50 intervenções/dia, sem necessidade de internamento, sendo que este aspecto, na opinião de Luís Catarino, assume “um papel preponderante”, já que a ideia, como sublinhou, “é

tornar esta unidade “numa clínica de dia”, ou seja, numa única visita ao hospital, o doente poderá ter a consulta, fazer os exames médicos e receber a orientação terapêutica”.

O Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, que inclui os hospitais Padre Américo, em Penafiel, e S. Gonçalo, em Amarante, cobre uma área onde habitam cerca de 500 mil pessoas. **R.S.A.**

Comemorações do Centenário do Nascimento de Manuel Alfredo Tito de Morais

CALENDÁRIO DAS COMEMORAÇÕES

28 de Junho

Palácio Galveias 19:00 h

- Apresentação da fotobiografia de Tito de Morais.
- Intervenções de dois historiadores.

29 de Junho

Assembleia da República

- Descerramento de uma lápide na casa de Lisboa onde viveu Tito de Morais - 12:00h
- Sessão solene na Assembleia da República - 18:00h
- Edição de uma biografia
- Exposição
- Lançamento de um inteiro-postal (CTT)

30 de Junho

Câmara Municipal de Lisboa 12:00 h

- Descerramento do busto de Tito de Morais no jardim público adjacente à Sede Nacional do PS
- Grande Oriente Lusitano - 19:00h
- Sessão branca

1 de Julho

Associação Tito de Morais 11:00h

- Escritura da Associação – Estatutos
- Fundação Mário Soares (18:30 h)
- Sessão solene
- Exposição da FMS

2 de Julho

Partido Socialista (17:00h)

- Sessão Solene e Recepção no Largo do Rato
- Apresentação do nº especial do Portugal Socialista
- Abertura da Sala Tito de Morais

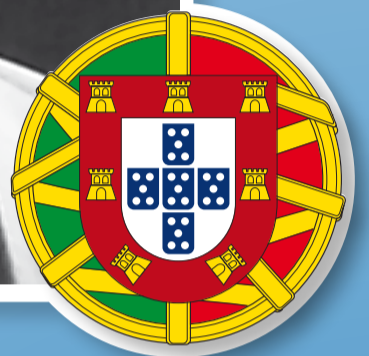
De 3 a 6 de Julho

Exposições sobre a vida de Tito de Morais nas Federações: Algarve, Coimbra, Lisboa, Porto e Viana do Castelo

Durante todo o mês de Julho

Aprovação de votos de homenagem nas estruturas do PS

Documentário da RTP2 sobre a vida de Tito de Morais (noite de 26/06)



CCTM

Comemorações do Centenário de Tito de Morais 1910 • 2010

WEB titomorais.blogs.sapo.pt **E-MAIL** cctm@sapo.pt, cctm@ps.pt

COMISSÃO EXECUTIVA DAS CCTM Presidente Carolina Tito de Morais Coordenador Luís Novaes Tito Comissão de Finanças José Lobato e Álvaro Sales Lopes Grupos de Trabalho Amândio Silva, Jaime Mendes, José Lello, José Neves, Luísa Tito de Morais, Maria José Gama, Pedro Tito de Morais, Pedro Vaz, Teresa Tito de Morais Mendes, Roque Lino e Sofia Cabral.

MANUEL TITO DE MORAIS

Teve uma infância aberta e feliz, viajou para a Índia com os pais e estudou em colégios privados e públicos, como o Colégio Académico, o Liceu Camões e o Colégio Militar.

A sua iniciação política data de 28 de Maio de 1926 quando participou numa greve académica. "A minha acção política começou aos 16 anos, quando levei a primeira chanfahada de um soldado de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana que invadiu o Liceu Camões, quando de uma greve estudantil", diria.

Frequentou a Faculdade de Ciências de Lisboa, onde fez as cadeiras necessárias ao ingresso na Escola Naval. No entanto, já aí por razões políticas, barraram-lhe a entrada, o que leva os pais a mandá-lo estudar no estrangeiro. Licenciou-se em Gand, Bélgica, em Engenharia Electrotécnica, no ano de 1934.

Casou, ainda estudante, com Maria da Conceição For mosinho Mealha, com quem teve cinco filhos: Carolina, Maria da Conceição, João, Luísa e Teresa.

Em segundas núpcias, casou-se em 1954 com Maria Emília Adelaide Pedrosa da Cunha Rego Monteiro dos Santos e tiveram três filhos: Manuel, Luís e Pedro.

Depois do serviço militar obrigatório, desenvolveu actividade profissional como engenheiro na Marconi (1935), director do Departamento de Electromedicina da General Electric (1940) e director do Departamento de Electromedicina do

Instituto Pasteur (1945).

Foi ainda professor em escolas técnicas de Lisboa.

Em Luanda, onde viveu de 1951 a 1961, trabalhou na empresa angolana Luso Dana / Siemens alemã, como director do Departamento de Electricidade.

Em 1961, em S. Paulo, Brasil, foi engenheiro na Sidurgica COSIPA.

Na Argélia, foi, em 1963, director dos Serviços Técnicos dos Hospitais Reunidos de Argel.

RESISTÊNCIA

- Em 1945, membro e dirigente do MUD.
- Em 1948/49, campanha eleitoral do General Norton de Matos.
- Preso no Aljube o que lhe valeu o despedimento do Instituto Pasteur e ter de partir para Angola.
- Em Luanda com portugueses e angolanos antifascistas e anti-colonialistas integrou, entre 1952 e 1961, a Sociedade Cultural de Angola, de que foi membro e presidente da Direcção.
- Foi em Luanda que participou na campanha presidencial de Humberto Delgado, em 1958.
- Em 1961, a PIDE prendeu-o em Luanda onde foi sujeito a maus-tratos e tortura e enviado para Lisboa, sob prisão.
- Em 1961 parte para França, depois para a Alemanha e mais tarde para o Brasil onde

consegue trabalho na COSIPA em S. Paulo e onde se funda o movimento Unidade Democrática Portuguesa, uma ramificação do MUD no Brasil.

- Em 1963 é fundador da FPLN em Roma e estabelece-se na Argélia onde foi membro da Junta Revolucionária Portuguesa e redactor e locutor da rádio, "A Voz da Liberdade" de que foi o primeiro responsável.
- Em 1964, em Genebra, Tito de Morais, Ramos da Costa e Mário Soares transformam a Resistência Republicana e Socialista em Acção Socialista Portuguesa (ASP).
- Em 1966, em Roma, fica como delegado da ASP na Internacional Socialista.
- Em 1967 funda o Portugal Socialista.

PARTIDO SOCIALISTA

- Em 19 de Abril de 1973, a ASP realizou na cidade alemã de Bad Münstereifel um congresso destinado à transformação do movimento em partido: o Partido Socialista.
- Tito de Morais foi eleito secretário nacional do Partido Socialista até ao primeiro Congresso na legalidade em 1974.
- O 25 de Abril de 1974 apanha Manuel Alfredo Tito de Morais em Bona com Mário Soares e Ramos da Costa. Os três regressaram a Portugal em 27 de Abril no "comboio da liberdade".
- Entre os seus trabalhos conta-se a legalização do Partido Socialista e do símbolo, a aquisição

de uma sede e a preparação do primeiro Congresso onde foi eleito secretário nacional para as Relações Internacionais.

- Em todos os Congressos seguintes foi eleito para a Comissão Nacional e Comissão Política e fez parte do Secretariado Nacional do Partido Socialista até 1984.
- Em 1986, no VI Congresso Nacional do PS, foi eleito presidente do Partido Socialista, tendo posteriormente sido eleito e aclamado em 1988, no VII Congresso Nacional, seu presidente honorário, cargo que desempenhou até à sua morte em 14 de Dezembro de 1999.
- Membro da Comissão Política das primeiras e segunda candidaturas de Mário Soares à Presidência da República.

FUNÇÕES DE ESTADO PÓS 25 DE ABRIL

Constituinte, deputado, Secretário de Estado em prego no VI Governo Provisório e no I Constitucional, Vice-presidente da Assembleia da República e Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Presidente da Assembleia da República e Conselheiro de Estado.

CONDECORAÇÕES NACIONAIS

Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.
Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Deputado do PS

É esta a batalha que estamos a travar: a batalha da governabilidade, contra ventos e marés

REFLEXÕES SOBRE O MOMENTO POLÍTICO QUE VIVEMOS

A CONCLUSÃO é unânime: o contexto em que desenvolvemos a nossa acção política é complexo. Vivemos a maior e mais grave crise económica, social e financeira mundial desde a II Grande Guerra. Para mais, o quadro político-institucional saído das últimas eleições legislativas (com maioria relativa do PS e um parlamento fragmentado), a crispação política permanente (numa lógica de ataques de carácter, gerida meticulosamente e a conta gotas), a persistente irresponsabilidade política da oposição (que faz com que a extrema esquerda – seja ela marxista-leninista, maoísta ou trotskista – se junte à direita conservadora e à direita liberal e vice-versa, com um único objectivo: o ataque ao Governo) e uma nova liderança do maior partido da oposição (que optou por uma linha tacticista e oportunista), adensam o clima político e criam uma percepção, na opinião pública, de guerrilha permanente.

É neste quadro que o Governo tem de resolver uma “equação complexa”. Ou seja, neste contexto difícil – com o ataque dos mercados e a pressão internacional – está obrigado a tomar medidas dolorosas e penosas, ao mesmo tempo que prossegue uma agenda de crescimento económico através da execução do programa de governo e do cumprimento das promessas eleitorais assumidas. É esta a batalha que estamos a travar: a batalha da governabilidade, contra ventos e marés.

Vivemos, de facto, tempos extremamente exigentes e o PS tem de estar à altura da sua história. Ora, este cenário político-social complexo reclama de todos nós mobilização, coragem, combate político e trabalho, muito trabalho. Mais uma vez o PS é chamado a governar quando o país, a União Europeia e o Mundo vivem uma situação difícil. E perante a miopia política, o calculismo eleitoral e a inconsciência da oposição, o PS tem de continuar a afirmar-se como o referencial da estabilidade e da defesa do interesse nacional. O que está em causa é muito importante. Para além da batalha da governabilidade, a eleição da nova liderança no maior partido da oposição antecipa um importante desafio. Começa a desenhar-se uma redefinição ideológica e programática no PSD, que conduzirá, inevitavelmente, a um fortíssimo ataque ao Estado Social (e aos seus pilares fundamentais). Antevê-se um ataque sem precedentes à Saúde, à Educação e à Segurança Social públicas, por parte de uma direita liberal, sedenta de poder e destituída de valores, que aposta tudo no livre arbítrio do mercado. A mesma lógica que conduziu o mundo a esta grave crise.

A batalha e os desafios aqui enunciados convocam todos os socialistas e apelam à união em torno do nosso legado histórico, dos nossos princípios fundadores e do nosso projecto para o país e a um combate sem tréguas na defesa do interesse nacional, da governabilidade e do Estado Social.

Rosa Albernaz reeleita vice-presidente de Comissão da Democracia e dos Direitos Humanos da UIP

É COM “um orgulho muito grande” que a deputada do PS Rosa Maria Albernaz falou ao “Acção Socialista” sobre a sua recente eleição pela terceira vez consecutiva como vice-presidente da Comissão da Democracia e dos Direitos Humanos da União Interparlamentar (UIP).

“Foi uma surpresa para mim, pois apenas fiquei a saber desta nova reeleição em Abril passado, durante a 122.ª reunião plenária da UIP realizada em Bangucoque, pouco antes dela efectivamente acontecer”, declarou Rosa Albernaz.

De referir que a UIP é uma organização internacional de parlamentos de Estados soberanos, cujo objectivo central é a promoção da mediação de contactos multilaterais entre parlamentares.

Esta nova reeleição constitui para a deputada do PS “uma honra pessoal”, mas também “uma honra para o meu país, até por que este é, até agora, o único cargo na União Interparlamentar exercido por um português”.

Além disso, referiu, “o normal é ficar-se pela primeira reeleição para cargos como este, não assim ser reeleito por duas vezes consecutivas”, salientou a deputada socialista.

Rosa Albernaz adiantou também ao “AS” que recebeu uma carta na qual é convidada para assumir a presidência



da Comissão da Democracia e dos Direitos Humanos da UIP logo que o actual presidente, do Uruguai, cesse funções.

“Mas ainda não decidi se vou aceitar ou não”, confidenciou Rosa Albernaz, para quem este acréscimo de responsabilidades carece, antes da tomada de decisão, de um período para meditação.

Também o presidente da delegação portuguesa da UIP enviada ao encontro realizado na capital tailandesa manifestou ao “Acção Socialista” a sua

satisfação pela nova reeleição de Rosa Albernaz para a chefia da Comissão da Democracia e dos Direitos Humanos.

“Trata-se de um reconhecimento a todo o trabalho que Rosa Maria Albernaz tem vindo a realizar no âmbito não só desta comissão mas também das assembleias da própria UIP”, declarou Alberto Costa, salientando de seguida que esse reconhecimento foi notoriamente “partilhado” por muitos deputados do Grupo 12+, um núcleo que inclui, entre outros, os países da União Europeia. **M.R.**

Acabar com os falsos recibos verdes nos Açores

O PS/AÇORES vai avançar com uma iniciativa legislativa para combater os falsos recibos verdes permitindo que a Administração Regional passe a dispor dos meios legais para enfrentar a precariedade laboral de forma sistematizada e consistente.

Na perspectiva dos socialistas açorianos, um dos pontos mais importantes desta proposta respeita à “competência efectiva no controlo dos recibos verdes”, actualmente, como referem, “apresentados como prestação de serviços”.

Este facto, adianta o vice-presidente da bancada parlamentar socialista, e líder da JS/Açores, Berto Messias, tem impedido que a Administração Regional tenha uma

visão global sobre toda esta problemática e a sua dimensão.

Neste sentido, o diploma prevê a obrigatoriedade das empresas que exerçam actividade na região, e que tenham postos de trabalho, “independentemente da natureza jurídico – laboral”, a prestarem informações detalhadas sobre os prestadores que têm ao seu serviço.

Na opinião de Berto Messias, as medidas propostas pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, para além de impedirem a continuação dos abusos praticados por alguns empresários, vão ainda ajudar no “combate a precariedade laboral”, frisando o dirigente socialista que a partir da sua aprovação “será possível saber todos



os casos de recibos verdes existentes em todas as empresas da região”.

Para que o recibo verde tenha um carácter de contrato de trabalho, defendem ainda os parlamentares socialistas açorianos, é necessário saber se existe relação hierárquica, “única ou quase exclusiva e continuada”, razão por que pretendem “sistematizar num único diploma” todas as matérias relacionadas com as políticas que garantam a capacidade de encontrar, manter ou mudar de emprego. **R.S.A.**

PS PROPÕE PORTAL PARA PRODUTOS TRADICIONAIS

OS DEPUTADOS socialistas avançaram no passado dia 26 de Maio com uma proposta no Parlamento no sentido de se criar um portal na Internet construído e pensado com o objectivo de divulgar os produtos portugueses tendo em vista o factor exportação.

Trata-se, como sublinhou o deputado Jorge Seguro, que subcreve o projecto de resolução, de recorrer à utilização das novas tecnologias, permitindo assim que através deste expediente os

pequenos e médios produtores possam de uma forma mais apelativa e fácil colocar os seus produtos no exterior.

O objectivo, como adianta aquele deputado, que defende que a RTP – Internacional deve ajudar na divulgação do site, é que lá figurem um conjunto vasto de produtos, sustentados numa base de dados onde apareçam as suas características e os preços facilitando deste modo a sua divulgação e comercialização. **R.S.A.**

Portugal está a resolver passivo ambiental

PORTUGAL está em fase de resolução dos seus passivos ambientais, afirmou o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, ao assistir, recentemente, aos trabalhos de remoção de resíduos perigosos na INFAL, uma fábrica de cortiça desactivada, no Montijo.

Humberto Rosa exemplificou com a intervenção de descontaminação que estava a decorrer no arco ribeirinho – na Quimiparque – no Barreiro e no Seixal, margem sul, para de seguida referir que “mesmo nestes casos mais pontuais, mas apesar de tudo perigosos, cá estamos para os resolver”.

O secretário de Estado do Ambiente lembrou que o país já dispõe de soluções adequadas para o tratamento de resíduos industriais perigosos, através dos CIRVER (Centros Integrados



de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos) e da co-incineração.

“Temos um sistema integrado para os resíduos industriais perigosos, que envolve os CIRVER da Chamusca, que serão, aliás, o destino destes resíduos que aqui estão. E nos casos em que isso é adequado, temos a co-in-

cineração, para complementar”, disse.

E frisou que “o país pode estar satisfeito por ter hoje solução para os resíduos perigosos”, até porque, “nada justifica situações de abandono como a que tínhamos aqui”.

Também satisfeita com o início das operações de remoção dos resíduos perigosos, a presidente da Câmara do Montijo, camarada Maria Amélia Antunes, lembrou que os terrenos da antiga fábrica de cortiça, com cerca de 1,1 hectares, já têm um projecto de reconversão urbana que só não avançou ainda devido a problemas financeiros.

Limites à cobrança de desbloqueamento de equipamentos para comunicações electrónicas em vigor no fim de Agosto

O DECRETO-LEI que estabelece limites à cobrança de quantias pelo desbloqueamento de equipamentos destinados ao serviço de comunicações electrónicas, bem como pela rescisão do contrato durante o período de fidelização, foi publicado no dia 1 de Junho, em “Diário da República”, mas a sua entrada em vigor só ocorre no final de Agosto, ao completarem-se 90 dias desta sua publicação.

Ficam desta forma garantidos os direitos dos utilizadores, facilitando a sua mobilidade, e também a concorrência no mercado

das comunicações electrónicas.

Recorde-se que, numa primeira versão, este diploma visava apenas o desbloqueamento de telemóveis. Na sua versão final, o decreto-lei abrange todos os equipamentos que permitem o acesso a comunicações electrónicas.

Com a nova legislação, além de passar a ser proibida a cobrança, por parte dos operadores de serviços de comunicações electrónicas, de qualquer contrapartida pela prestação do serviço de desbloqueamento dos aparelhos findo o período de fidelização,

estabelece-se também um limite ao valor cobrado pela resolução do contrato e pelo desbloqueamento, durante o período de fidelização.

Fixa-se, igualmente, um limite ao valor que pode ser cobrado pelo serviço de desbloqueamento, sempre que não esteja previsto qualquer período de fidelização, estabelecendo ainda que o período em causa tem ainda um limite máximo de 24 meses.

Refira-se, por último, que a fiscalização do decreto-lei compete ao ICP-Anacom.

ERSE explica dados divulgados pelo Eurostat

NÃO EXISTE uma diferença real entre os preços dos serviços de electricidade e de fornecimento de gás natural praticados em Portugal relativamente àqueles que vigoram na Europa, garante uma nota explicativa da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), divulgada na sequência da publicação de dados do Eurostat.

Segundo o gabinete de estatísticas da União Europeia (UE), comparando os preços de electricidade entre o segundo semestre de 2008 e o segundo semestre de 2009, estes caíram 1,5% para as famílias da União Europeia enquanto no nosso país subiram 4,5%.

Na sua nota, a ERSE explica que “durante 2008 não existiram em

Portugal ajustamentos nas tarifas de electricidade, ao contrário do que aconteceu em outros países da União Europeia, que funcionam em regime de mercado”.

Assim, sustenta, “é natural que quando se comparam semestres de anos diferentes, os preços tenham caído na UE 1,5% e em Portugal subido 4,5%”, até porque “a média dos países europeus foi efectuando subidas intercalares e Portugal, que fixa tarifas anuais, fez parte desse ajustamento nas tarifas de 2009”.

No caso do gás natural, o Eurostat afirma que, para o mesmo período, os preços do gás natural caíram, tanto no conjunto da UE como em Portugal, mas a queda foi muito mais acentuada na média comunitária (16%), do que

no nosso país (5,5%).

Perante estas informações do gabinete de estatísticas europeu, a ERSE esclarece que o desfasamento “natural”, uma vez que os preços do gás natural nos países da União tinham subido durante o ano de 2008, a acompanhar o preço da matéria-prima, ao passo que em Portugal desceram, em contra-ciclo.

“Quando se comparam dois semestres de anos diferentes a queda na média europeia é naturalmente maior do que em Portugal pela simples razão de que esses países fizeram depois um maior ajustamento à queda dos preços da matéria-prima do que o que foi feito no país, porque aqui não houve aumento de preços quer em 2008, quer em 2009”.

OPINIÃO



ACÁCIO PINTO
Deputado PS

O PSD quando se trata de teorizar e apregoar medidas em abstracto e nas nuvens, quer fazer todos os cortes possíveis e imaginários, mas quando se trata de questões concretas e objectivas para os territórios e para as pessoas, quer a execução de todas as obras e mais algumas e o benefício para todas as classes profissionais

O PARADOXO

O PSD é assim como um paradoxo. Como naquele sketch dos Gatos Fedorento sobre a posição de Marcelo Rebelo de Sousa sobre a despenalização do aborto: Concorda? Sim. Não. Talvez. Porque sim. Obviamente não. Evidentemente que sim. Claro que não.

Eu já, em artigo anterior, me tinha referido aos zigzagues dos sociais-democratas, mas a situação é muito mais grave do que transparecia.

Afinal, Pedro Passos Coelho começou a entrar em derrapagem ao fim de pouco tempo. Quis dar uma imagem de grande líder, que se coloca para além das pequenas questões partidárias, que coloca as instituições em primeiro lugar, que é profundamente patriótico e salvador do país. Vai daí encontra-se com o primeiro-ministro a quem sugere e exige cortes vários, nos investimentos públicos, nas despesas do Estado e nos salários, propondo ainda o aumento de impostos, a troco de dar a mão ao país, como ele afirmou; para além disso, falou aos portugueses e pediu-lhes desculpa, afinal, por fazer aquilo que devia ser feito.

Mas, escassos dias após tudo isso se ter passado, é ver agora o PSD célere e em correria desenfreada, em todos os recantos do país, a exigir obras, a pedir mais investimento e a clamar pelo aumento das despesas do Estado nas mais diversas áreas. É o chamado paradoxo ou mais uma versão do “muito bem prega Frei Tomás”.

Fiquei estupefacto com tamanha falta de coerência. Mas, bem vistas as coisas, é mais uma daquelas derivas a que o PSD já nos vem habituando.

Senão vejamos.

Nas obras públicas são contra todas, mas depois vêm exigir todas e mais algumas para todos os municípios e territórios.

Nas energias renováveis, dizem que concordam, mas depois vêm colocar em causa todos os programas e todos os planos que visam aumentar a nossa segurança energética através da diversificação das fontes de energia.

Na saúde, dizem que temos que racionalizar mas quando a ministra apresenta um plano para a redução de custos o PSD acha que todas as medidas são cegas e erradas sem apresentar qualquer tipo de alternativas a não ser a de acabar com o SNS.

Na segurança social, não encontrando melhor solução no âmbito das políticas públicas, dizem-nos que o melhor era mesmo a sua privatização!

Na banca já todos bem sabemos o que faria. Matava a CGD através da sua privatização. Aquilo que nem ao mais liberal dos liberais passaria pela cabeça, passa pelo pensamento e pela vontade de Pedro Passos Coelho.

Ou seja, o PSD quando se trata de teorizar e apregoar medidas em abstracto e nas nuvens, quer fazer todos os cortes possíveis e imaginários, mas quando se trata de questões concretas e objectivas para os territórios e para as pessoas, quer a execução de todas as obras e mais algumas e o benefício para todas as classes profissionais.

Não, esta não é uma forma leal e patriótica de fazer política. Esta é uma forma populista e politicamente irresponsável, que descredibiliza a política e os políticos.

Com este PSD não creio que haja “tango” que resista! Aguardemos para ver!

OPINIÃO

LÚCIO FERREIRA
Deputado do PS

Numa altura em que se discute e prepara a revisão da Política Comum de Pescas, defendemos que para salvaguarda dos interesses legítimos de Portugal e dos nossos pescadores, deverá esta ser levada a cabo num quadro de sustentabilidade dos recursos e do equilíbrio entre os aspectos ambientais, económicos e sociais

O DIA NACIONAL DO PESCADOR E O DIA EUROPEU DO MAR

O DIA 31 de Maio é o Dia Nacional do Pescador.

Instituído em 1997 por decreto governamental, o Dia Nacional do Pescador pretende contribuir para o despertar dum sector de fundamental importância para o país.

Lembrando essa efeméride, pretendemos, nesta intervenção, homenagear todos esses bravos, que na boa tradição dos nossos antepassados, que pelo do mar fizeram o caminho para a descoberta de novos horizontes de expansão, e com espírito pioneiro e empreendedor procuraram, através dos oceanos, aventurando-se no desconhecido, encontrar novas terras e novas gentes – Os pescadores de Portugal, que fazem do mar o seu local de trabalho, lutando num meio hostil, enfrentando tempestades, numa busca dia a dia do sustento para si e para os seus.

Embora hoje com meios de navegação e de captura mais sofisticados e seguros, no exercício de uma actividade profissional manifestamente perigosa, considerada a profissão de maior risco, os pescadores continuam a enfrentar uma natureza agressiva e não raras vezes traiçoeira, que faz deles os heróis dos mares, verdadeiros herdeiros dessas tradições marítimas que orgulham os portugueses de todas as épocas.

Desde o Minho ao Algarve são raras as comunidades piscatórias que não choram os seus mortos vítimas de naufrágios, e não narrem epopeias dos seus heróis pescadores que se distinguiram em actos de bravura na luta contra esse mar, amigo e generoso, que lhes dá o sustento e aos seus filhos, mas ao mesmo tempo traiçoeiro que, ao mais pequeno descuido lhes rouba a vida, e se transforma no seu mausoléu.

Desde Caminha a Olhão, comunidades piscatórias costeiras, como Vila do Conde (Caxinas), Matosinhos, Ílhavo, Figueira da Foz, Sesimbra, Peniche e muitas outras de que estas são exemplos significativos, têm um secular historial de tradições ligadas ao mar, na pesca longínqua do bacalhau ou na costeira artesanal. São comunidades marcadas pela presença constante do mar, de modo estreito ligado às suas vidas, pelas suas riquezas, e pela sua abundância, mas também pelas suas desgraças e privações. Pela alegria da sua conquista, pelo respeito da sua grandiosidade e dimensão, pela gratidão da sua generosidade quando lhes enche a mesa de abundância, mas também e não raras vezes, pelo medo dos seus perigos, e infelizmente muitas vezes, duramente marcadas pela raiva da desgraça, que esse mar lhes traz, com a perda de muitas vidas.

A vida dos pescadores começa e termina no mar, nessa imensa “seara” onde colhem o sustento das suas vidas, e onde hoje começa a rarear o peixe, fruto da ganância e desrespeito de alguns, que destroem e põem em causa o esforço de preservação de muitos.

A outrora abundância de peixe na

nossa extensa costa e plataforma continental, é hoje uma saudade para os pescadores e por isso são cada vez menos aqueles que se aventuram nesta nobre arte, e maior o seu empobrecimento. Por esse motivo, arriscam muito mais, enfrentando temerariamente mares tumultuosos, na ansiosa necessidade de dele retirarem o seu sustento e das suas famílias.

Não raras vezes pagando esse arrojado com a vida, num ciclo de vida, trabalho, morte e luto, que vem marcando duramente ao longo dos tempos essas comunidades ribeirinhas.

A actividade da pesca é de fundamental importância para o nosso país, sendo Portugal o terceiro maior consumidor de peixe do mundo. Impõe-se, por isso, orientar políticas, que embora defendendo os ecossistemas marinhos, considerem que “o mar é o maior e duradouro activo estratégico do país” em todas as suas potencialidades.

Numa altura em que se discute e prepara a revisão da Política Comum de Pescas, defendemos que para salvaguarda dos interesses legítimos de Portugal e dos nossos pescadores, deverá esta ser levada a cabo num quadro de sustentabilidade dos recursos e do equilíbrio entre os aspectos ambientais, económicos e sociais, mantendo-se as actuais limitações de acesso à faixa de 12 milhas, com planos de gestão plurianuais das pescarias, vigorando o princípio da subsidiariedade na gestão das quotas, tendo presente as realidades regionais concretas.

No passado dia 20 de Maio celebrou-se o “Dia Europeu do Mar”, uma data que visa assinalar as oportunidades oferecidas pelo sector marítimo em matéria de inovação, investigação, ambiente e biodiversidade no contexto europeu. Assinamos aqui esta data e defendemos que Portugal deve estar na linha da frente da política marítima europeia integrada, uma política virada para o mar, tendo presente o papel crucial que o mar representa na vida quotidiana das comunidades costeiras. Desde a riqueza dos seus ecossistemas no seu potencial extractivo, às de comunicação e transporte, ao desenvolvimento portuário, ao aproveitamento turístico, até à sua utilização como fontes geradores de energia renováveis.

Uma palavra de louvor e de estímulo a todos os pescadores, verdadeiros “lobos do mar”, pela tenacidade, persistência e bravura com que no dia a dia enfrentam as dificuldades do exercício de uma actividade profissional, num meio duro e hostil, para que todos nós possamos saborear esse alimento, rico e maravilhoso que é o peixe, cada vez mais raro.

Uma homenagem a todos os que, nessa luta desigual, foram vencidos e nos deixaram para sempre, e uma mensagem de condolências às numerosas famílias que sofrem a sua perda.

PS/Damaia debate desemprego

“A SITUAÇÃO de desemprego deve ser encarada como provisória e estimular a procura de emprego e a reinserção no mercado laboral”, afirmou, no dia 23, António Ramos Preto, deputado socialista e presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, num almoço-convívio promovido pela Secção da Damaia, que serviu para debater a problemática do desemprego, neste mês de Maio, em que se assinalou o Dia da Segurança Social.

Na sua intervenção, Ramos Preto salientou que o debate sobre as questões relacionadas com as propostas legislativas de alteração das regras de atribuição do subsídio de desemprego são de “grande importância”, visando dotar os militantes do “conhecimento das premissas subjacentes a tais medidas”. Assim, referiu o também presidente da Comissão Nacional de Jurisdição do nosso partido, o subsídio de desemprego, como medida de protecção social, “também deve entendido apenas como modo de assegurar, nesta fase, a manutenção da subsistência



das pessoas”.

É que, defendeu, “nem sempre se consegue recuperar integralmente o emprego óptimo, mas é fundamental que se entenda que existem outros desafios profissionais capazes de fortalecer a auto-estima dos indivíduos. É isso que se pretende co-responsabilizando as pessoas no momento da aceitação da oferta de emprego”.

Segundo a coordenadora da Secção, Lurdes Ferreira, “além do agradável almoço-convívio, houve um clima de franca e aberta troca de informações e de preocupações que decerto contribuíram para o enriquecimento político e de cidadania de todos os que estiveram pre-

sentés”. E adiantou que “mais iniciativas se seguirão ainda este ano, com o objectivo de dotar os militantes de um conjunto de informação que lhes forneçam os instrumentos necessários para junto da população em geral poderem fundamentar as medidas apresentadas pelo Governo”.

Neste contexto, recordou que a Secção do PS/Damaia assinalou a 21 de Março o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, com a realização de uma almoço temático, que contou com a presença da deputada socialista Celeste Correia, que abordou questões relacionadas com a discriminação em função da origem ou etnia. J.C.C.B.

Concelhia de Aljustrel vai realizar Fórum Novas Ambições

COM a participação de independentes identificados com a acção do PS, a Comissão Política Concelhia de Aljustrel vai promover, no próximo dia 26 de Junho, uma nova sessão do “Fórum Novas Ambições”, subordinada ao tema “Alqueva – que agricultura para o desenvolvimento do concelho”, que decorrerá na Freguesia de Ervidel.

Em comunicado, a Concelhia do PS/Aljustrel congratulou-se, por outro lado, com as iniciativas levadas a cabo pelo Executivo da Câmara, liderado pelo camarada Nelson Brito, na medida em que “está a ser concretizado o programa eleitoral sufragado pela maioria dos eleitores” e a serem realizadas “as mudanças



indispensáveis” para o desenvolvimento do concelho. Os socialistas de Aljustrel destacam ainda as comemorações do 36º aniversário do 25 de Abril pela “inovação, combatividade e a maior mobilização de sempre em Aljustrel”.

No âmbito do seu plano de actividades para os próximos tempos, a Concelhia do

PS/Aljustrel deliberou ainda realizar um jantar de confraternização de militantes e simpatizantes desta estrutura no dia 28 de Junho, em Montes Velhos, em que tomarão posse os novos órgãos eleitos para a Concelhia, liderados pelo camarada Jorge Coelho.

A realização da primeira sessão formativa para os militantes e simpatizantes socialistas do concelho, dedicada às “Mudanças Sociais, Políticas e Culturais da Revolução de Abril”, que terá lugar a 29 de Junho, e o relançamento do boletim “Aljustrel – Agora & Sempre!”, a editar nos inícios de Julho, são outras iniciativas aprovadas em reunião da Comissão Política Concelhia do PS. J. C. C. B.

CONCELHIA DE VALÊNCIA DO MINHO

NA ÚLTIMA edição do “Acção Socialista”, na página 12, há um erro que lamentamos.

A presidente da Comissão Política Ana-

bela Rodrigues é de Valença do Minho e não de Valença do Douro como consta na edição. À visada e aos nossos leitores, as nossas desculpas.

Terceira travessia rodoferroviária sobre o Tejo vai avançar

NO FINAL de uma reunião que manteve com o Governo, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, afirmou-se satisfeito com a intenção que lhe foi transmitida de que a terceira travessia sobre o Tejo é um processo para avançar.

António Costa disse ainda que o Governo garantiu que “a terceira travessia é indissociável dos outros dois projectos”, referindo-se ao Novo Aeroporto e ao TGV.

Recorde-se que uma semana antes, o autarca socialista já tinha defendido que seria “absolutamente inaceitável” comprometer a terceira travessia sobre o Tejo por causa das dificuldades financeiras do país, realçando que admitia apenas um adiamento do projecto.

Nas declarações aos jornalistas que então proferiu à margem de uma assembleia municipal, António Costa disse que, tal como os restantes autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, compreende que a conjuntura “possa determinar a revisão do calendário”, mas sublinhou que a terceira travessia sobre o Tejo “não é destacável” do novo aeroporto e do TGV, cujo primeiro troço Caia-Poçoirão já foi contratualizado.

“Não podemos aceitar que a conjuntura possa comprometer uma estrutura que está pensada e têm expressão no ordenamento do território.



Alterar o calendário, temos o dever de compreender; rever projectos que têm uma coerência e são estruturantes no ordenamento do território é absolutamente inaceitável”, frisou.

Também o deputado do PS na Assembleia da República Eduardo Cabrita, eleito por Setúbal, congratulou-se com a luz verde dada pelo Governo à terceira travessia sobre o Tejo, que será rodoferroviária, sublinhando que este é um

processo que está apenas adiado.

“Reunimos no distrito com o ministro Vieira da Silva para discutir esta dinâmica e o ministro reafirmou que o projecto terá a dilação de alguns meses mas que a terceira travessia sobre o Tejo teria que ser feita e rodoferroviária”, disse Eduardo Cabrita, em conferência de Imprensa.

O deputado, que é o líder do PS na Assembleia Municipal do Bar-

reiro, referiu ainda que o secretário geral do PS, José Sócrates, também defendeu que “os investimentos são para continuar” e que a nova ponte irá ser construída “com a máxima celeridade possível”.

Eduardo Cabrita sustentou que a adjudicação do troço Poçoirão/Caia torna o processo da alta velocidade “irreversível”, pois, frisou, “seria ridículo ficar com meia alta velocidade”.

Já a presidente da Concelhia do PS Barreiro, Madalena Alves Pereira, considerou que foram “razões muito fortes” as que levaram a que a obra fosse “reprogramada”, adiantando que “não está em causa a sua realização mas sim o momento, pelas razões amplamente divulgadas”.

E explicou que as informações que lhe foram dadas, “por dirigentes nacionais e distritais, é que vai haver nova ponte rodoferroviária, tem é que haver uma reprogramação”.

Recorde-se que o secretário de Estado dos Transportes, Correia da Fonseca, tinha dito no dia 14 que o Governo vai lançar um novo concurso para a 3ª ponte sobre o Tejo dentro de seis meses.

O secretário de Estado justificou a anulação do anterior concurso com “a alteração das condições que existiam à data do concurso”, de carácter técnico e financeiro, e adiantou que esta decisão vai permitir ao Estado aumentar a comparticipação comunitária no projecto da nova ponte.

“Os fundos comunitários que estavam previstos para o projecto de alta velocidade Lisboa-Porto e Porto-Vigo iriam ser perdidos devido ao facto de ser adiado por dois anos. Para não perdermos este dinheiro vamos utilizá-lo na terceira travessia”, explicou.

Deputados do PS visitam Peniche e Bombarral

COM vista a conhecer mais de perto a realidade dos concelhos de Peniche e do Bombarral, os deputados socialistas Odete João, João Paulo Pedrosa e Jorge Gonçalves, visitaram, no passado dia 31 de Maio, diversas instituições locais.

Nas câmaras municipais de Peniche e Bombarral os deputados reuniram com os presidentes e vereadores e inteiraram-se dos projectos e perspectivas de futuro para estes concelhos, nomeadamente, as obras financiadas pelo QREN, que constituem investimentos de enorme relevância, em particular na área da educação e da requalificação urbana.

Já na visita que realizaram à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Odete João, João Paulo Pedrosa e Jorge Gonçalves puderam observar os resultados dos investimentos, realizados com verbas do PIDDAC.

Este complexo educativo possui, agora, infra-estruturas e equipamentos que lhe permite responder aos desafios do futuro em áreas essenciais para o desenvolvimento do país.

A visita ao concelho de Peniche



terminou com uma reunião dos parlamentares no Instituto Portuário dos Transportes Marítimos, onde se inteiraram das obras recentemente realizadas, das que se encontram em curso e dos projectos em estudo que reafirmam a importância crescente do mar e das actividades a ele associadas.

Depois da recepção nos paços do concelho do Bombarral os deputados do PS visitaram as obras de requalificação da Escola Secundária do Bombarral.

Num investimento total de mais

de 9 milhões de euros, financiado pelo QREN, as antigas escolas básica e a secundária ficam agora ligadas através de novo bloco e integradas num só edifício.

Os deputados terminaram a visita ao concelho com a deslocação ao local da construção do novo quartel da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Bombarral.

Na reunião com a direcção da associação tomaram conhecimento do projecto do novo equipamento, a construir de raiz, e do financiamento no âmbito do QREN.

SOCIALISTAS PORTUENSES QUEREM ROTUNDA DA BOAVISTA COM MÚSICA

DINAMIZAR a rotunda da Boavista e transformá-la numa referência musical e cultural em articulação com a Casa da Música e outras instituições da cidade é a proposta defendida pelos vereadores do PS da Câmara Municipal do Porto.

O objectivo, dizem os eleitos socialistas, é que a autarquia, juntamente “com as mais relevantes instituições culturais da cidade” designadamente com a Fundação Casa da Música, Fundação Engenheiro António de Almeida e a Fundação de Serralves, entre outras, desenvolva um projecto sustentável para aquele espaço público com capacidade para se prolongar durante um ano.

Os socialistas sublinham na sua proposta que não pretendem alterar o nome da rotunda, “como parece ter sugerido o presidente da Câmara Municipal”, mas sim e unicamente “que o jardim situado no centro da praça se passe a chamar jardim da música”.

Perante esta justificação, a proposta de animar a rotunda da Boavista foi acolhida de forma positiva pelo presidente da edilidade.

Para o vereador socialista Manuel Correia Fernandes “faz todo o sentido” que o jardim da rotunda da Boavista seja utilizado “como mais um instrumento complementar da Casa da Música”, acrescentando assim “mais um espaço de fruição posto à disposição dos portuenses”.

Para o eleito do PS, o futuro “jardim da música” iria certamente motivar a que a Casa da Música viesse a criar um conjunto de novas iniciativas que passariam a constituir um acréscimo ao seu próprio programa.

A Fundação Engenheiro António de Almeida, revelou o vereador, mostrou já o seu interesse em participar neste projecto, manifestando-se disponível para ajudar a concretizar a ideia, incluindo “a possível transferência da estátua de Guilhermina Suggia para o jardim”, disse ainda Manuel Correia Fernandes. R.S.A.

OPINIÃO

LUÍS VAZ
Deputado do PS

Há que repensar as soluções para o problema e enveredar por novos caminhos, simplificando procedimentos administrativos, envolvendo proprietários, inquilinos, técnicos e a sociedade em geral num esforço colectivo e de necessidade sentida, para acabar com o triste espectáculo da habitação degradada

MEIO URBANO: A BUSCA DA REVITALIZAÇÃO

DECORREU da 22 a 26 de Março passado, no Rio de Janeiro, o V Fórum Urbano Mundial, no âmbito da Agenda Habitat das Nações Unidas, sob o tema “Direito à Cidade: Unindo o Urbano Dividido”.

O grande problema em discussão para as cidades e sobretudo para as “mega cidades” de muitos países é a existência e proliferação de “bairros de lata” e de “favelas”, onde, em todo o mundo, vivem milhões de pessoas, em número que tem vindo a aumentar assustadoramente, estando já nos 830 milhões.

Para as nossas cidades, felizmente, esse é praticamente um problema do passado.

Portugal, com especial destaque para Lisboa, sobretudo na gestão de João Soares, deu um exemplo notável na erradicação dessa pecha urbana e social, como frisei em intervenção no IV Fórum Europeu da Agenda Habitat, em Haia. Hoje a nossa capital e o país estão praticamente livres de “bairros de lata”.

O esforço e as medidas tomadas pelos nossos decisores políticos foram eficazes, embora subsista o problema dos “bairros críticos”.

Um outro problema das nossas cidades – os edifícios degradados – tem vindo a ser alvo de várias medidas ao longo do tempo e por vários governos, sem que, ao nível do edificado antigo, se tenha obtido o êxito alcançado na erradicação dos “bairros de lata”.

À reabilitação dos espaços públicos, onde o poder autárquico tem realizado um trabalho notável, não correspondeu a desejável e tão necessária reabilitação dos imóveis mais antigos.

O surto de construções novas que durante as últimas décadas dinamizou o sector da construção civil, fez secundarizar ou mesmo esquecer, ao nível do investimento privado, a reabilitação e agravou o processo de desertificação humana do coração das nossas cidades, já iniciado pela ocupação de áreas de habitação para armazém de lojas do rés-do-chão e para escritórios e pela escassez de estacionamento.

Portugal é um dos países que menos reabilitam na Europa e onde o peso relativo das construções novas é mais marcante.

Apesar de toda a legislação produzida e das medidas de acção governativa e autárquica nesta área, desde o Programa Especial de Realojamento (que poderia também ser direccionado para a reabilitação), às várias Sociedades de Reabilitação Urbana, não é raro que as zonas mais antigas das nossas cidades e vilas continuem peçadas de imóveis degradados e sem condições de habitabilidade.

Perante esta constatação, há que repensar as soluções para o problema e enveredar por novos caminhos, simplificando procedimentos administrativos, envolvendo proprietários, inquilinos, técnicos e a sociedade em geral num esforço colectivo e de necessidade sentida, para acabar com o triste espectáculo da habitação

degradada, revitalizando e repovoando os nossos “centros”.

Nesta óptica, como complemento, entre outras, das medidas preconizadas no DL-307/2009 de 23 de Outubro, três níveis de actuação são necessários e urgentes:

1.º – Agilização e simplificação de todo o processo de constituição de propriedade horizontal, que hoje constitui um dos factores de desmotivação de proprietários perante a necessidade de investimento prévio.

É fundamental eliminar actos e procedimentos desnecessários, bastando, por exemplo, que a generalidade dos requisitos legais sejam cumpridos com declaração de viabilidade técnica a apresentar no acto da escritura pública.

No respeito pelas condições mínimas de habitabilidade, continuando obrigatória a vistoria camarária para venda, aluguer ou arrendamento após alteração do regime de propriedade, seria possível dispensar, entre outros, os seguintes formalismos:

- A exigência da certificação pela Câmara Municipal que o edifício satisfaz os requisitos legais, para o efeito da sua constituição em regime de propriedade horizontal.

- A exigência, para efeitos de escritura pública, de documento emitido pela Câmara Municipal comprovativo do cumprimento dos requisitos legais.

2.º – Criação do “Licenciamento na Hora”, para a reabilitação de edifícios degradados, com a garantia da legalidade dos procedimentos a contemplar, por certificação presencial do Técnico responsável pelo projecto. À semelhança da “Empresa na Hora”, cujo sucesso é reconhecido também além-fronteiras, este seria mais um passo na linha da modernização administrativa e um incentivo sério à revitalização das áreas degradadas das nossas cidades.

3.º - Que aos edifícios mais antigos não se apliquem as regras de acesso definidas no Decreto-Lei 163/2006, de 08 de Agosto, que, em muitos casos, são de muito difícil concretização, sendo forte impedimento ao investimento na reabilitação dos imóveis.

Estas e outras medidas de agilização e simplificação dos processos são de extrema importância para tornar eficaz o esforço dos governos e das autarquias na resolução deste grave problema.

A Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos divulgou um interessante documento, sob o título “Reabilitação Urbana e Mercado de Arrendamento”, que merece ser analisado, discutido e tido em conta pelos poderes públicos.

No momento de crise em que vivemos, o “ataque” aos imóveis degradados, para além da resolução dos problemas de habitação e embelezamento da malha urbana das cidades, constituiria um forte incentivo ao investimento privado, provocando a animação do sector da construção civil e a consequente criação de emprego.

Câmara da Guarda cria Gabinete de Empregabilidade e Inserção



COM o objectivo de apoiar os desempregados do concelho na criação do seu próprio emprego numa lógica de empreendedorismo, a Câmara Municipal da Guarda, presidida pelo socialista Joaquim Valente, vai criar um Gabinete de Empregabilidade e Inserção, que entrará em funcionamento em Junho.

Segundo a vereadora Elsa Fernandes, responsável pelo pelouro da Acção social da autarquia, o Gabinete de Empregabilidade e Inserção foi criado no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) “Guarda + Social”, que tem

por objectivo promover a inclusão social dos cidadãos, combater a pobreza e a exclusão social.

O projecto do CLDS, que vigora até Outubro de 2012, é coordenado pela Associação para a Promoção Social, Cultural e Ambiental de Avelãs de Ambom, naquele concelho, sendo anualmente financiado com 150 mil euros pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

O Gabinete de Empregabilidade e Inserção, que está em fase de instalação, fará a “ponte” entre os desempregados do concelho e as entidades com respon-

sabilidades na área, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Segurança Social, de forma a promover o auto-emprego.

“Dar informação no sentido de promover o emprego numa lógica de empreendedorismo”, é o objectivo do serviço que funcionará com dois técnicos superiores, disse a vereadora do PS Elsa Fernandes, adiantando que o gabinete também “pretende fazer chegar a informação concentrada” aos utentes para “evitar que o município se perca para chegar a uma conclusão final”.

Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo em Braga

COM vista a colmatar o desfasamento existente entre o que se faz nos cursos universitários e a realidade do mercado de trabalho, a Câmara de Braga e a Associação Académica da Universidade do Minho vão criar, no âmbito da Capital Europeia da Juventude 2012, um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, dirigido a jovens.

Esta estrutura, segundo revelaram os seus promotores, dará formação aos jovens estudantes ou recém-licenciados que estejam a sair dos cursos.

“Queremos adaptar os conhecimentos adquiridos às exigências do quotidiano laboral”, enfatizou o vereador socialista Hugo Pires, responsável pela elaboração do projecto do Fórum Europeu da Juventude.

Já Luís Rodrigues, presidente da Associação Académica da Universidade do Minho – AAUM –, disse à Comunicação Social que a



criação do gabinete permitirá “combater as dificuldades de inserção dos estudantes no mercado de trabalho, que se agravaram no actual contexto económico e social da região”.

Refira-se que os incentivos ao empreendedorismo estarão no topo das preocupações da Capital Europeia da Juventude que decorrerá, em Braga, em 2012.

A atribuição do evento

a Braga foi recentemente divulgada na capital belga, pelo Fórum Europeu da Juventude, em cerimónia que contou com a presença do presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado e de Hugo Pires.

A candidatura bracarense superou a das cidades gregas de Byron e Heraklion, as outras duas finalistas que disputaram a organização do evento europeu.

Socialistas portuenses propõem um fundo para recuperar parque habitacional

DESENCADear um processo tendente a efectuar um levantamento exaustivo do estado em que se encontram os edifícios desocupados ou em mau estado de conservação na cidade do Porto, foi uma das propostas avançadas pelos veradores socialistas na reunião extraordinária realizada na Assembleia Municipal do passado dia 24 de Maio.

Mais, propuseram a constituição de um fundo para a recuperação do parque habitacional da cidade, o que deverá envolver um consórcio financeiro constituído entre a Câmara Municipal e as cooperativas ligadas ao sector.

Com base num estudo elaborado pela Universidade Católica, denominado “Diagnóstico Social do Porto”, onde se conclui, designadamente, que a cidade tem vindo a perder habitantes em favor dos concelhos limítrofes, os eleitos socialistas defendem que a autarquia deve proceder “tão rápido quanto possível” a um profundo levantamento dos prédios devolutos ou em ruína, de forma a que se possa avaliar “qual a viabilidade de se proceder à sua recuperação”.

Esta medida, entre outras, defendem, é susceptível de inverter o actual cenário de envelhecimento da população residente na cidade, trazendo de volta os jovens que se



refugiaram na periferia, ao mesmo tempo que tenderá a aumentar a oferta de habitação “a preços razoáveis”.

Para os vereadores do PS, a actual realidade é tanto mais contraditória, quanto é certo que no Porto “proliferam abundantemente prédios abandonados que, ou estão fora do mercado, ou não encontram adequada procura”.

É por isso, sustentou, que a autarquia deve promover a criação de “um fundo” vocacionado para a

recuperação dos edifícios abandonados e dos imóveis a custos controlados, para que posteriormente os “insira no mercado de arrendamento”, ou, em alternativa, que o município compre esses prédios, recuperando-os e restituindo-os à função habitacional.

Para o vereador socialista Gustavo Pimenta, outra das medidas possíveis seria a “transferência” para esses edifícios recuperados dos moradores que hoje vivem nos bairros degradados da cidade. R.S.A.

OPINIÃO



RUI PEDRO BARREIRO
Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

As actividades económicas relacionadas com este sector geram anualmente cerca de 8,9 mil milhões de euros e com uma floresta mais competitiva, com gestão activa, profissional e certificada é possível gerar muito mais riqueza e emprego

SECTOR FLORESTAL, UM DOS PILARES DA RETOMA DA ECONOMIA

TIVE a oportunidade de testemunhar, em primeira mão, o anúncio do nosso primeiro-ministro que “Portugal registou o maior crescimento económico da Europa no primeiro trimestre de 2010”. Foi um momento demonstrativo que a política do Governo começa a dar frutos, nestes tempos difíceis que o país e a Europa atravessam.

Para mim, enquanto membro do Governo com a responsabilidade directa pela política florestal, foi com um satisfação que assisti a esse anúncio na maior unidade de produção de papel da Europa – a nova fábrica do Grupo Portucel-Soporcel, de Setúbal.

Acredito que não foi fruto do acaso o local escolhido para o Governo dar esta boa notícia ao país, num momento decisivo para a tomada de medidas difíceis para todos. O Grupo Portucel-Soporcel é um exemplo de um grande exportador de valor acrescentado, que usa matéria-prima, na sua maioria, produzida em Portugal e que tem apostado na investigação nos recursos humanos nacionais.

As exportações, como reconheceu o primeiro-ministro, foram determinantes para a recuperação da economia portuguesa no primeiro trimestre deste ano. Aliás, este era um sinal de vitalidade da economia que já havia percebido noutras ocasiões, como sucedeu aquando da abertura da Feira do Móvel em Paços de Ferreira.

Tenho afirmado, com frequência, que o sector florestal tem potencial para crescer e contribuir para a retoma da nossa economia. As actividades económicas relacionadas com este sector geram anualmente cerca de 8,9 mil milhões de euros e com uma floresta mais competitiva, com gestão activa, profissional e certificada é possível gerar muito mais riqueza e emprego.

As indústrias de base florestal (cortiça, pasta e papel, madeira e mobiliário) representam 12% do PIB industrial e 11% das exportações portuguesas. O sector florestal apresenta saldo positivo na balança comercial. A floresta está na de um sector da nossa economia com forte vocação exportadora e que o Governo vai continuar a apoiar.

Durante a Expo Shanghai, a Secretaria de Estado irá coordenar com o Ministério da Economia as actividades durante a semana dedicada à floresta. Basta recordar que o pavilhão de Portugal é todo revestido em cortiça, numa afirmação daquele que é o único sector da economia nacional em que Portugal é líder mundial na produção, transformação e comercialização, para se perceber a importância que o Governo dá à fileira florestal. Noutra escala, a Secretaria de Estado vai apoiar a segunda edição da Feira Internacional da Cortiça, que se realiza em Coruche no final do mês, num importante sinal político de apoio à retoma desta fileira estratégica para o país e para o desenvolvimento rural.

A floresta é um recurso natural estratégico para o país. O Governo, e em particular o Ministério da Agricultura, desde que tomou posse tem vindo a reunir com os agentes do sector para, em conjunto, assegurar a sustentabilidade da floresta portuguesa.

Temos consciência do caminho que ainda temos a percorrer, na Certificação Florestal ou no Cadastro das Áreas Florestais onde temos grupos de trabalho que dentro em breve produzirão os primeiros resultados. Também temos consciência que as medidas florestais do Proder ainda não apresentam o nível de execução que gostaríamos, mas estamos a envidar todos os esforços para que toda a verba inscrita para apoio ao sector florestal seja concretizada até ao final de 2015.

Vale a pena investir na floresta, um pilar decisivo para a retoma da economia portuguesa!

Câmara da Mealhada cria loja social

UMA loja social para abastecimento de cidadãos carenciadas vai abrir em breve na cidade da Mealhada, funcionando com artigos doados por particulares e entidades do concelho.

Para facilitar a angariação dos donativos, a Câmara socialista da Mealhada está a criar uma rede de pontos de entrega nas oito freguesias do concelho, que funcionará em coordenação com as instituições.

Com uma área total cerca de 400 metros quadrados, que abranje a zona de atendimento ao público e de armazém, a loja social fica situada no centro da cidade e os utentes serão referenciados por instituições do concelho.

“Podem ser entregues todos os bens, com excepção dos perecíveis”, explicou o vereador Júlio Penetra, responsável pelo pelouro de Acção Social, que espera ter a loja a funcionar “ainda antes do Verão”.

Os artigos serão cedidos gratuitamente aos “clientes” da loja e vão desde electrodomésticos e mobílias a vestuário e calçado.

Segundo autarca do PS, os utentes da loja social serão referenciados pelas instituições, que



“avaliarão as carências e condições efectivas do agregado familiar”, num processo que determinará se a pessoa em causa ficará inscrita como cliente.

“Teremos algumas regras de controlo de todos os bens que entram e saem, para não haver dúvidas quanto ao seu destino”, frisou.

Júlio Penetra salientou que

será “avaliado no concreto se a necessidade invocada tem ou não fundamento, através de visitas ao domicílio” dos beneficiários.

Segundo o vereador, neste momento serão cerca de 50 as pessoas/famílias que têm recorrido às ajudas sociais da autarquia, que desde há muito recebe oferta de bens, através do Gabinete de Acção Social.

Agenda económica domina visita de Lula a Portugal

Na X Cimeira Luso-Brasileira, que teve lugar em Lisboa no passado dia 19 de Maio, dominaram as questões relacionadas com a economia, tendo José Sócrates e Lula da Silva abordado ainda temas ligados ao fortalecimento das relações nas áreas da ciência, tecnologias, energias renováveis e cultura.

NO FINAL deste encontro, em que os dois líderes assinaram sete acordos de cooperação, em que se destaca o da área dos biocombustíveis, o primeiro-ministro elogiou o alcance dos documentos assinados, afirmando que marcam um novo momento da relação entre os dois países.

Nesta cimeira foi ainda assinado um novo protocolo de entendimento para a pesquisa e exploração conjunta de petróleo em águas profundas do Brasil, que vai envolver a Galp e a brasileira Petrobrás.

Para o primeiro-ministro português, este encontro foi mais um passo para o reforço da cooperação que se tem vindo a desenvolver com sucesso entre os dois países, sublinhando que a ascensão económica do Brasil e a internacionalização das suas empresas “deixam marca em Portugal”.

Também o líder brasileiro manifestou a sua alegria por Portugal e Brasil se “terem finalmente reencontrado”, deixando de lado “aquela coisa só sentimental”, afirmando que ambos os governos têm agora plena consciência do papel e da importância que cada país representa para o outro.

“Portugal representa para o Brasil o potencial que o Brasil tem para ajudar a alavancar a economia portuguesa”, enfatizou Lula da Silva, que lembrou os casos de sucesso da Embraer, empresa aeronáutica brasileira que depois de Alverca está a abrir duas novas unidades de alta tecnologia em Portugal, e da Petrobrás, a petrolífera brasileira que assinou nesta Cimeira um novo acordo com a sua congénere Galp para a exploração de petróleo a largo da costa portuguesa.

Outro dos negócios anunciados neste encontro entre Portugal e Brasil diz respeito ao óleo de palma produzido na Amazônia brasileira, produto que passará em grande parte a ser refinado em Sines, numa nova unidade que a Galp ali vai construir, e daqui vendido para o resto da Europa.

No seguimento desta X Cimeira, o primeiro-ministro, José Sócrates, realizou uma visita-relâmpago de quatro dias ao Brasil e à Venezuela, entre os dias 27 e 30 de Maio, à frente de uma numerosa comitiva de empresários, com o objectivo de continuar a reforçar os laços económicos entre Portugal e aqueles dois países da América Latina.

Nos três dias da sua estada no Brasil, Sócrates encontrou-se com empresários em São Paulo e Rio de Janeiro, tendo ainda participado, nesta última cidade, a par de outros chefes de Governo, designadamente

da Argentina, Brasil, Cabo Verde, Senegal, Arábia Saudita, Espanha e Turquia, na sessão de abertura do III Fórum da Aliança das Civilizações, uma instituição presidida pelo ex-presidente português Jorge Sampaio.

Neste encontro, que contou ainda com a presença do secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, o primeiro-ministro português defendeu a promoção de uma governação da diversidade cultural à escala mundial, tendo citado Portugal “como um exemplo de país tolerante e aberto ao mundo”.

A diversidade cultural, disse Sócrates, é parte integrante da história e da cultura portuguesa. “Orgulhamo-nos disso”, porque “somos um país tolerante e aberto ao mundo com vocação universal, que sabe conviver com a diversidade e que aposta nas políticas de integração de imigrantes”.

Segundo Sócrates, o projecto europeu de criação da União Europeia “sempre foi de partilhar e unir no respeito pela diversidade”.

Outros dos pontos abordados neste encontro pelo chefe do Governo foram as políticas de imigração, referindo a propósito que a diversidade e a integração “fazem parte do código genético de Portugal e dos portugueses”.

Em São Paulo, o estado brasileiro mais desenvolvido e economicamente mais poderoso, Sócrates reuniu-se com os dirigentes da Federação das Indústrias, uma das organizações empresariais mais fortes do país, encontro que serviu para o primeiro-ministro discutir as possibilidades de mais investimento do Brasil em Portugal, no seguimento aliás de um dos compromissos assumidos pelo Presidente brasileiro, Lula da Silva, na última Cimeira Luso-Brasileira realizada dias antes em Lisboa.

Em São Paulo, o primeiro-ministro português lembrou que as relações económicas entre os dois países têm vindo a conhecer, sobretudo nos últimos anos, um reforço assinalável, sendo um sinal disso “o interesse que as grandes empresas brasileiras estão a demonstrar por Portugal”.

Um dos exemplos adiantados é a fábrica de aviões da Embraer, em Alverca, recordando que no mundo apenas existem três fabricantes que têm um papel importante na aviação comercial sendo que a Embraer é uma delas.

Portugal tem por isso, defendeu, que continuar a “aproveitar a oportunidade que a Embraer nos dá” para que o país possa participar também



e de forma activa na consolidação, progresso e desenvolvimento de uma das indústrias com maior futuro no mundo.

Para além dos 65% que a empresa brasileira já detém nas OGMA (empresa de manutenção e reparação de aeronaves), em Alverca, a Embraer anunciou em Julho do ano passado dois novos investimentos, desta vez em Évora, no valor global de cerca de 148 milhões de euros, um projecto que inclui a implantação de uma unidade dedicada ao fabrico de estruturas metálicas e outra para conjuntos de materiais compósitos, com início das operações previsto para 2012.

No Rio de Janeiro, para além do III Fórum da Aliança das Civilizações, o chefe do Executivo de Lisboa reuniu-se no Consulado de Portugal com empresários de ambos os países onde foram debatidos, entre outras assuntos, as possibilidades de negócio em especial nas áreas da construção, energia e electricidade, numa altura em que a cidade maravilhosa se prepara para ser a anfitriã, em 2014, do Mundial de Futebol, e dos Jogos Olímpicos, em 2016.

Novos acordos com a Venezuela

Na sua rápida deslocação à Venezuela, o primeiro-ministro português assinou 18 novos acordos no valor de cerca de 1655,9 milhões de euros, em áreas tão diversas como a construção de habitação social, energia, alimentação, informática e transporte de petróleo.

Os novos acordos envolvem um conjunto largo de serviços de empresas portuguesas prevendo-se, entre outras iniciativas, a construção de 12.500 habitações sociais, a aquisição por parte de Caracas de mais de meio milhar de computadores portáteis Magalhães, a compra de 300 mil transformadores eléctricos, o fortalecimento do sistema eléctrico venezuelano abrangendo o abastecimento de contadores, transformadores de potências e subestações móveis, equipamento de montagem e automatização da distribuição de energia eléctrica, e ainda a reabilitação de linhas de transmissão, a instalação de um laboratório de materiais de soldadura e outro de metrologia para o sector eléctrico.

Foram ainda assinados acordos para o fornecimento por parte de Portugal de produtos farmacêuticos e ainda um outro protocolo para a realização de estudos tendentes à construção e exploração de uma fábrica de medicamentos nos arredores da capital venezuelana.

Os últimos acordos assinados têm a ver com a criação de um grupo de trabalho para a instalação de uma fábrica transformadora de granitos, no Estado venezuelano de Bolívar, a sudoeste de Caracas, e a construção de um complexo para a produção de tijolos de barro.

As exportações de Portugal para a Venezuela, lembrou o primeiro-ministro, cresceram de 17 milhões de euros, em 2007, para 129 milhões de euros, em 2009, pretexto para que Hugo Chávez apelasse aos investidores portugueses “que ainda não têm presença na Venezuela” para investir no seu país.

Já o encontro com a comunidade portuguesa serviu sobretudo para dar um sinal claro a todos ali radicados de que o Governo português está atento aos problemas, “principalmente no capítulo da segurança”. **R.S.A.**

UM NOVO IMPULSO ECONÓMICO NAS RELAÇÕES COM A VENEZUELA

“O RELACIONAMENTO económico entre Portugal e a Venezuela tem um novo impulso com o conjunto de contratos e actas e compromisso que foram alcançados”, afirmou o secretário de Estado do Comércio, Fernando Serrasqueiro ao “Ação Socialista”.

E destacou que, “para além dos acordos institucionais que desenvolvem a cooperação na área da energia e iniciam uma cooperação estreita em áreas como a defesa do consumidor, a qualidade e a segurança alimentar, estabeleceram-se contratos para fornecimentos que terão impactos na nossa balança de pagamentos já neste ano e ao longo dos próximos”.

Neste âmbito, assinalou, entre outros, “o fornecimento de computadores Canaima (Magalhães II), a

construção de dois navios asfalteiros, um projecto de consultoria técnica para projecto de mapa solar e eólico na Ilha de Dominica e a definição contratual para a construção de habitações na Venezuela”, bem como “um conjunto de vários acordos na área da consultoria, geração e transmissão de energia, bem como outros dirigidos à instalação de uma fábrica transformadora de granitos e outra para a produção de ladrilhos”.

Segundo Fernando Serrasqueiro, “a Venezuela evoluiu já da 60ª posição no ranking das nossas exportações, em 2007, para a 26ª sexta posição em 2009”. E sublinhou que “se considerarmos apenas os mercados extracomunitários, a Venezuela é hoje o nosso 13º mercado. E esperamos melhorar ainda mais esta evolução e posicionamento”.

Já estão em vigor as primeiras medidas de austeridade

UM PONTO percentual é quanto prevê a OCDE que a economia portuguesa possa crescer em 2010, um valor um pouco mais optimista em relação às estimativas do Governo que apontam para um crescimento na ordem dos 0,7%.

Para aquela organização, a conjuntura económica, interna e externa, recomenda, contudo, “o mais absoluto rigor” na estratégia de consolidação das contas públicas, aconselhando que Portugal mantenha o rumo traçado como condição para o

seu desenvolvimento.

Atento a estas recomendações, o Governo acaba de anunciar o fim das medidas da “Iniciativa Emprego 2010” e “anticrise”, iniciativa que segundo as previsões do Executivo, vão gerar uma poupança este ano de 151 milhões de euros, produzindo efeitos já a partir de próximo dia 1 de Julho, como garantiu a ministra do Trabalho.

Helena André falava em Conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros de 27 de

Maio, onde anunciou a aprovação do decreto-lei que regulará a eliminação de oito medidas temporárias previstas no âmbito da concretização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010/2013, medidas excepcionais que terminam com a publicação de um decreto-lei aprovado pelo Governo, sem terem de passar pelo Parlamento.

A prorrogação do subsídio social de desemprego por seis meses, a redução do prazo de garantia para atribuição de subsídio

de desemprego, a majoração de 10% desta prestação social para desempregados com dependentes a cargo e ainda a majoração do abono de família para os desempregados por conta das despesas de educação encontram-se entre estas medidas

As restantes quatro a eliminar através de portaria, que também entrou em vigor a 1 de Julho, e que englobam o programa de qualificação e emprego, a redução de 3% na taxa social única a cargo das microempresas para trabalha-

dores com 45 anos, o programa especial de qualificação de jovens licenciados em áreas de reduzida empregabilidade e o reforço da linha de crédito bonificada para o apoio à criação de empresas.

De acordo com a ministra do Trabalho, o Governo ao tomar esta iniciativa, não está “a mexer nos direitos e na protecção social”, mas apenas a eliminar “medidas temporárias” que se destinavam a responder a “situações de excepção e a repor em vigor a vigência dos regimes gerais”. R.S.A.

CRESCIMENTO DA ECONOMIA NA OCDE (1º TRIMESTRE DE 2010)

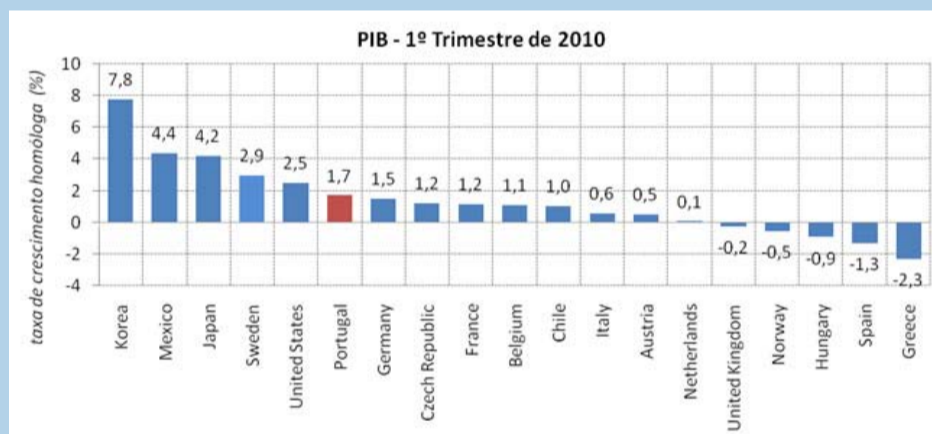
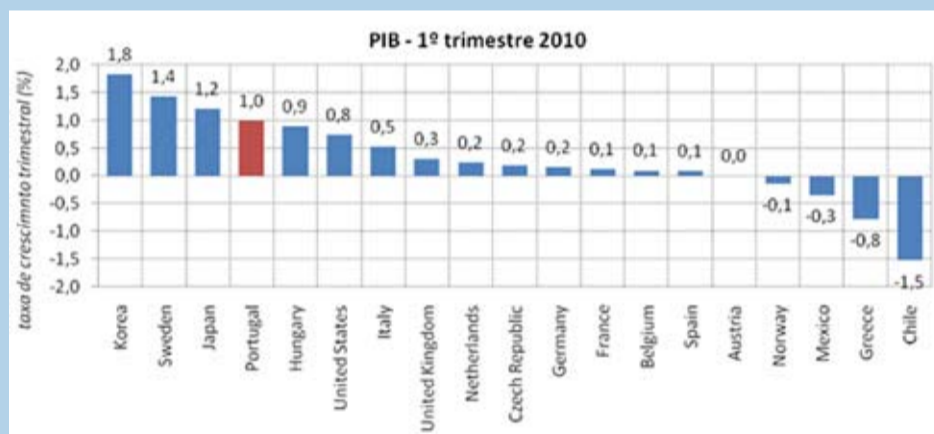
SEGUNDO os dados divulgados hoje pela OCDE, no 1º trimestre deste ano, o PIB português foi dos que mais cresceram a nível mundial: Portugal registou o 4º maior crescimento da economia (face ao período anterior) dentro dos países da OCDE, logo a seguir

à Coreia, Suécia e Japão. Em relação ao trimestre homólogo de 2009, Portugal apresentou o 6º maior crescimento, a seguir à Coreia, México, Japão, Suécia e EUA.

No conjunto dos países da OCDE, o PIB cresceu

0,7% face ao trimestre anterior e 2,5% face ao período homólogo de 2009.

Quanto à zona euro, o PIB cresceu de 0,2% em termos trimestrais e de 0,5% quanto comparado com igual trimestre de 2009.



Nota: dados não disponíveis para os seguintes países membros da OCDE: Austrália, Canada, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Irlanda, Luxemburgo, Nova Zelândia, Polónia, Eslováquia, Suíça e Turquia.

Carro eléctrico coloca Portugal na frente da nova revolução industrial

A INTRODUÇÃO de um veículo totalmente eléctrico coloca o país na “primeira linha de uma nova revolução industrial, o que já não acontecia há muito tempo” afirmou o secretário de Estado da Energia e Inovação, Carlos Zorrinho, que destacou o valor que este projecto trará à economia portuguesa.

Zorrinho sublinhou que este projecto significa também “uma oportunidade de exportar os conceitos e os produtos associados a esses conceitos”, acrescentando que Portugal vai ser lembrado como um exemplo, quando a Nissan vender o modelo eléctrico “Leaf” em todo o mundo.

“A Nissan vai andar pelo mundo a vender este veículo totalmente eléctrico e quando questionarem



sobre a credibilidade das suas características e funcionalidades, eles poderão dizer que em Portugal há um sistema que funciona”, sustentou.

O secretário de Estado salientou ainda o “papel fundamental” do Governo na criação deste projecto-piloto, através do pacote de incentivos, em que o Estado apoiará

com cinco mil euros os primeiros compradores do automóvel.

Assim, o Nissan Leaf vai custar aos primeiros compradores 29.955 euros, sendo que o preço original é de 34.955 euros.

Depois de ter conduzido o veículo, no fim da apresentação do modelo aos jornalistas, Carlos Zorrinho mostrou-se “agradavelmente surpreendido”. É que, adiantou, “se já tinha uma grande convicção de que nada voltaria a ser igual na mobilidade urbana, depois desta experiência de condução, essa opinião ficou reforçada”.

Na mesma ocasião, o director de comunicação da Nissan Iberia em Portugal, António Pereira Joaquim, sublinhou que a compra deste veículo traz aos consumido-

res “grandes benefícios económicos”, além de que é “um carro do futuro”.

Portugal e Holanda vão ser os primeiros países europeus onde vai ser comercializado, a partir de Dezembro, o Nissan Leaf, um veículo automóvel totalmente eléctrico, com baterias de iões de lítio e emissões zero.

O preço de carregamento será, em média, de um euro por cada 100 quilómetros, sendo que a autonomia da bateria é de 160 km/h.

As baterias poderão ser carregadas nos postos públicos de carregamento que estarão espalhados pelo país, que deverá chegar até aos 1250, no final do primeiro semestre de 2011. O conceito desenvolvido em Portugal deverá ser implementado noutros países.

PS apoia Alegre em nome de uma visão progressista para o país

A Comissão Nacional deliberou, por larguíssima maioria, com dez votos contra e uma abstenção, apoiar Manuel Alegre na sua candidatura à Presidência da República. “Apoio Manuel Alegre de forma convicta, em nome de uma visão progressista para o país”, afirmou José Sócrates, na intervenção inicial da reunião, do passado dia 30, que ficou marcada por uma ampla discussão democrática com dezenas de intervenções.

J. C. CASTELO BRANCO

“A MINHA proposta de apoio a Alegre foi baseada na ética da responsabilidade. Um partido tem de decidir. Não pode decidir não decidir”, disse, acrescentando que o ex-vice presidente da Assembleia da República “é um homem de cultura, um homem de espírito, que conhece a cultura e a História portuguesa”.

O secretário-geral do PS fez questão de realçar que “o PS é autónomo relativamente a todas as forças políticas e a todos os movimentos sociais. O que o PS neste momento decidiu foi apoiar Manuel Alegre. E eu estou empenhado em que ganhe as eleições presidenciais”.

Na intervenção que efectuou perante os membros do órgão máximo entre congressos, Sócrates começou por afirmar que “este é o momento adequado, a sete meses das eleições presidenciais, para o PS, que tem um ‘timing’ próprio fazer uma escolha”.

E recordou que para se chegar a esta escolha houve um processo em que ouviu os autarcas, os presidentes das federações e o Grupo Parlamentar. “Nunca o debate interno fez mal ao PS. Esta é assim uma decisão mais partilhada”, disse.

E sublinhou, em primeiro lugar, que “a ética da responsabilidade” impõe a qualquer dirigente partidário que “deve decidir, escolher, por isso, defendeu, “o PS não deve abster-se em qualquer eleição”.

Em segundo lugar, sustentou, “a escolha tem de ser consequente, para servir o país”, já que, frisou, “o PS não utiliza tacticismos para fazer as suas escolhas”.

Por isso, “proponho uma escolha clara e consequente: apoiar Manuel Alegre a Presidente da República”,

acrescentando que “esta decisão não é custosa nem difícil. O PS nunca fez as coisas a meio termo”.

Na sua segunda intervenção, já conhecidos os resultados da votação em Alegre, o líder socialista considerou que “esta foi uma escolha positiva, no sentido da unidade do partido”, salientando que “num partido plural como o PS, há tolerância” com as opiniões dos camaradas que manifestaram o seu desacordo com o apoio do PS à candidatura de Alegre.

Consequentemente, os militantes socialistas que não apoiarem a candidatura presidencial de Manuel Alegre não serão alvo de sanções disciplinares por parte das estruturas jurisdicionais do partido.

E lembrou, a propósito, que, nas eleições presidenciais de 2006, os militantes socialistas que apoiaram Manuel Alegre – contra a posição oficial do PS, que apoiava Mário Soares – não foram alvo de qualquer processo disciplinar.

Socialistas estarão na primeira linha do combate

Por sua vez, o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, manifestou-se convicto de que os militantes socialistas “estarão na primeira linha no combate pela eleição de Manuel Alegre”, destacando a “discussão aberta” que se registou na Comissão Nacional.

Em conferência de Imprensa, no final da reunião, Assis sublinhou que “Manuel Alegre faz parte do nosso património político” e ainda que “tem as condições para ganhar as eleições presidenciais”, já que, frisou, “é capaz de unir o eleitorado do centro-esquerda até à esquerda mais profunda”, sectores que continuam a ser maioritários” na sociedade portuguesa.



Manuel Alegre “é um candidato de progresso, de cultura, uma referência cívica na luta pela democracia e liberdade, que tem uma visão de um Portugal aberto ao moderno”, disse, acrescentando que “tudo faremos para a sua eleição como Presidente da República”.

Nesta eleição, como em todas as outras, sublinhou, “o PS toma posições claras, é um partido de combate”.

Em resposta aos jornalistas, Assis fez questão de salientar a “ampla

maioria” com que o PS decidiu apoiar a candidatura de Manuel Alegre, mas advertiu que não poderão fazer-se leituras políticas em torno dos resultados das eleições presidenciais, porque estas, explicou, “não serão em nenhuma circunstância a primeira volta do que quer que seja, porque têm um significado próprio e valem por si”.

Francisco Assis fez também questão de separar as eleições presidenciais de outros planos políticos,

numa referência ao facto de o Bloco de Esquerda também apoiar a candidatura presidencial de Alegre. “Não confundimos os planos. Uma coisa é o plano das presidenciais e outra coisa é o plano parlamentar”, disse.

Nesta reunião, a Comissão Nacional do PS aprovou ainda o relatório e contas do partido relativo a 2009, com seis abstenções, e o novo regulamento para a eleição dos delegados aos congressos federativos, com um voto contra.



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://phplist.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>